

# Ordem dos Médicos



REVISTA

## 50.<sup>o</sup> ANIVERSÁRIO



## QUERIDOS CONDISCÍPULOS:

Cada vez se torna mais difícil saudar-vos nestas oportunidades. Horas de romagem e da comunhão, só as deveria iluminar o sol da alegria. E as minhas palavras apenas teriam plena justificação se espelhassem também uma luz sem mácula. Infelizmente, há muito luto na nossa memória para que possa ser assim. A realidade é impiedosa. De nada vale tentar ocultá-la aos olhos do corpo, porque ela evidencia-se aos olhos da alma.

De qualquer maneira, aqui estou mais uma vez a cumprimentar-vos como porta-voz do curso. Curso que teve muitos e já tem poucos, mas que teima na sua unidade para além da morte. Sim, estamos aqui todos, uns em carne e osso, outros em espírito. E são talvez estes, os já sem vida, que mais consistência dão ao feixe de vimes. É nas virtudes deles que nos afiançamos, são as suas graças que rememoramos, só deles sentimos saudades nas horas de solidão. O que não significa que nos esquecemos uns dos outros nos intervalos, e nos não alegremos com os contínuos triunfos profissionais de alguns e a proibidade de todos. Sempre nos orgulhámos de ter entre nós dos mais competentes e honrados do ofício, e de ter dado à classe um exemplo de camaradagem e fraternidade. São esses sentimentos de mútua estima e rendida admiração que eu gostaria de celebrar neste momento. O homem só vale pela grandeza de alma que tem. Honrarias, riquezas, vaidades, tudo desaparece na voragem do tempo. Mas não se apagam as pulsações dum coração generoso. Mesmo depois de extinto fisiologicamente, continua a bater na lembrança daqueles a quem de algum modo deu calor. Quando recorro o longo caminho divergente que percorremos depois da formatura, e verifico que tantas décadas, em vez de nos separar, só nos aproximaram, não posso deixar de sentir que todos fomos dignos uns dos outros no comportamento afectivo. Que onde estive um estiveram todos, irmanados no dom da amizade. E só posso desejar que os anos que nos restam, que vão ser de suprema provação, como sabemos por experiência, apertam mais ainda os vínculos que fazem de nós uma família singular, que vive dispersa por Portugal a cabo e se junta de quando em quando para se abraçar e inventariar. E também para dar testemunho de uma existência de trabalho aturado e de abnegação constante, já que fizemos do acto médico uma conjuntura sagrada, e da solidariedade humana a meta dos nossos destinos.

E é com a palavra esperança que quero, como sempre, terminar. Apesar de parecer insólito trazê-la a terceiro na idade em que estamos, pronuncio-a com a mesma convicção de outrora. Nós saberemos torná-la natural e própria, pedindo-lhe apenas o que ela ainda nos pode dar: lucidez e vontade até final.

*Adolfo Rocha*

*Em tempo de aniversário quis o destino que à Ordem dos Médicos chegasse o texto que o Dr. Adolfo Rocha — o escritor Miguel Torga — enviou aos Colegas, por ocasião de mais um aniversário de Curso.*

*Pela clareza e profundidade da mensagem, merecedora de atenta reflexão, entendemos oportuna a sua publicação nesta data de tão grande significado.*

# SUMÁRIO



REVISTA

**Ordem  
dos Médicos**

#### Director

Manuel E. Machado Macedo

#### Redactores

Artur Manuel Osório Morais de Araújo  
Pedro Correia da Silva  
Isabel Cristina Pires  
Rui Pato  
José Germano Rego de Sousa



**DEZEMBRO  
1988**

Depósito Legal n.º 7421/85

Propriedade, Administração e Redacção:

Ordem dos Médicos  
Avenida Almirante Reis, 242, 2.º Esq.  
Telef. 80 54 12 — 1000 LISBOA

Preço avulso: 200\$00

PUBLICAÇÃO MENSAL  
25 000 exemplares

Execução gráfica:

Sogapal, Lda.  
Casal da Fonte/Porto de Paia  
Telefs. 99 01 42/49 — 2675 ODIVELAS

**Discurso do Bastonário.** As palavras do Prof. Machado Macedo durante a Sessão Solene do 50.º aniversário da Ordem dos Médicos, que se realizou na Aula Magna da Reitoria da Universidade Clássica de Lisboa.



**Oração de Sapiência.** O texto integral da Oração de Sapiência apresentado pelo Prof. Jorge Borges de Macedo na Sessão Solene.



**Condecoração.** A condecoração atribuída pelo Presidente da República à Ordem dos Médicos na cerimónia comemorativa do 50.º aniversário.

BREVE HISTORIAL DA O.M.	6	SESSÃO SOLENE	17
OS BASTONÁRIOS	8	DISCURSO DO BASTONÁRIO	18
CONDECORAÇÃO	12	ORAÇÃO DE SAPIÊNCIA	22
50.º ANIVERSÁRIO	13	JANTAR DE CONFRATERNIZ.	32

# BREVE HISTORIAL DA ORDEM DOS MÉDICOS

A Ordem dos Médicos foi criada em 24 de Novembro de 1938 pelo Decreto-Lei n.º 29171, dando corpo a um vasto projecto associativo que se desenvolveu em todo o País, durante cerca de quarenta anos.

O primeiro organismo associativo dos médicos portugueses surgiu em meados de 1898, correspondendo essa data à fundação da Associação dos Médicos Portugueses. Os objectivos eram já idênticos aos de hoje: a defesa dos Associados da província face aos abusos de que eram vítimas em concursos nas câmaras municipais.

Numa das Assembleias Gerais da Associação foi aprovado por unanimidade o Código de Deontologia Médica, a cujo o cumprimento todos os médicos se devem obrigar.

Estimulados pelo exemplo dos médicos de Lisboa, surgiram na província diversas organizações similares, como a Associação dos Médicos do Norte, a Associação Médica Lusitana, a Associação dos Médicos do Centro, entre outras.

Durante largos anos foi essa a situação organizativa dos médicos portugueses, divididos em múltiplas associações e inscritos em diversos sindicatos. Tomava corpo, entretanto, a ideia da constituição de um organismo único que congregasse todos, com regras definidas e aceites pelos médicos.

E é assim que, em 24 de Novembro de 1938, surge a Ordem dos Médicos. Nos seus primeiros estatutos, a título de exemplo, ficou mencionado que a Ordem dos Médicos «tem por fim o estudo e defesa dos interesses profissionais, nos seus aspectos moral, económico e social». No capítulo dos direitos e deveres informa-se que «é vedado o exercício da medicina a quem não estiver inscrito na Ordem dos Médicos».

Durante o período de vigência do Estado Novo, a Ordem dos Médicos caracterizou-se pela defesa dos princípios ético-deontológicos e foi o garante do exercício técnico da Medicina.

Com a atribuição de novas funções, através do Decreto-Lei n.º 38213, de 26 de Março de 1951, que se refere à concessão do título de especialista, acentuou-se o carácter interveniente da Ordem dos Médicos na defesa da Saúde e dos Doentes. Reforçou-se também o aspecto deontológico, com a criação das especialidades, e o rigor técnico do exercício da profissão, factos que obviamente se reflectiram na melhoria da prestação de serviços.

Por outro lado, a Ordem dos Médicos sempre fez ouvir a sua voz nos

grandes problemas da política de saúde, tendo nomeadamente, durante o Governo do Prof. Marcelo Caetano aglutinado a Classe em volta de um projecto de saúde e carreiras médicas de acordo com uma medicina mais humanizada e extensiva a toda a população, chegando a recorrer às greves para fazer valer essa concepção.

Era então Bastonário o Prof. Miller Guerra, que juntou à sua volta um grupo de médicos, responsável pelo ainda hoje célebre «Relatório das Carreiras Médicas», que tanto influenciou a organização e política de saúde desde então.

Passaram-se tempos conturbados desde que a Ordem autocraticamente foi transformada, sem se ouvir a Classe, num sindicato com características radicais.

Em 1976, os médicos reúnem-se e recriam de novo a Ordem, expulsando do seu seio elementos de ideologia ditatorial. Era o tempo da reorganização, que conduziu à aprovação pela Classe dos actuais estatutos, transformados em Decreto-Lei pelo Governo

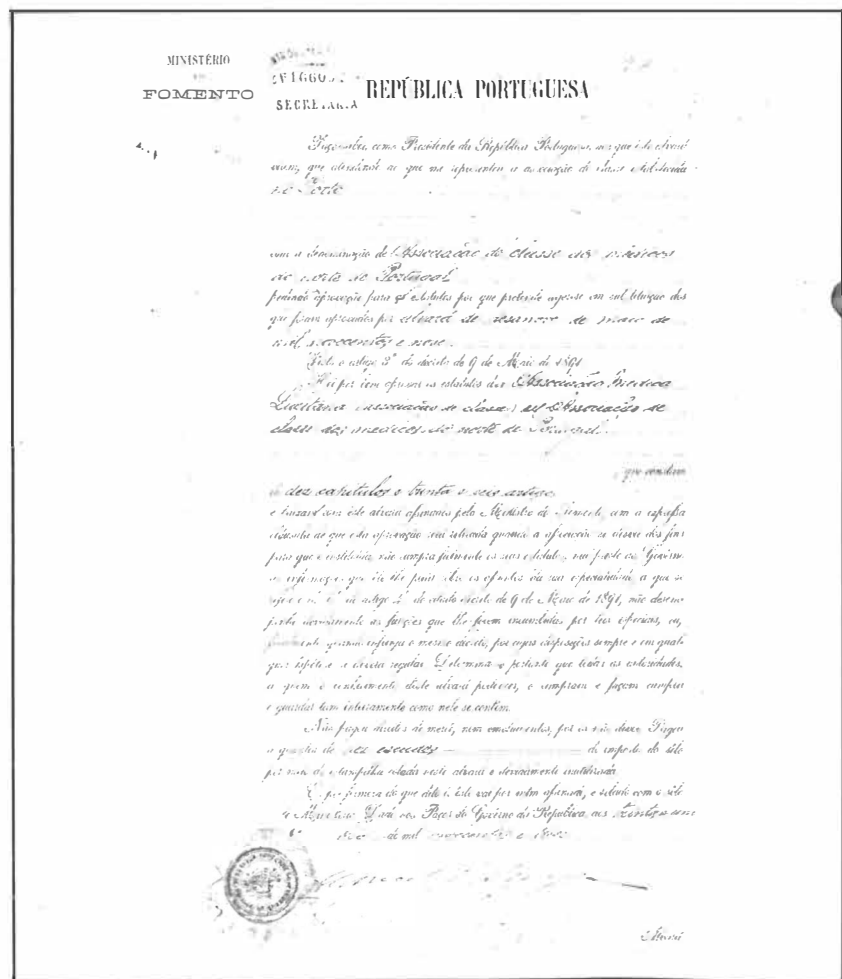
presidido pelo Dr. Mário Soares.

De então para cá, a Ordem tem sido interveniente, aconselhando, criticando ou combatendo os excessos do Poder instituído. Pelas funções que lhe são próprias, tem sabido manter e exigir uma alta qualidade científica, profissional e humana no exercício de uma profissão que tão crucial é para a sociedade.

Nesse sentido tem impedido, dentro do possível, que alguns governos apliquem políticas exclusivamente economicistas, inclusive de cariz miserabilista e altamente gravosos para os doentes que são a razão de ser da Instituição.

Também tem sabido denunciar atitudes contrárias aos direitos e liberdades dos cidadãos, contra os quais o Estado tem por vezes atentado.

De referir, por último, a contribuição da Ordem dos Médicos nas relações internacionais desde a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia, na quais tem participado, representando Portugal em todos os organismos comunitários do Sector.



## ESTATUTO DA ORDEM DOS MÉDICOS

Decreto-Lei n.º 282/77, publicado no «Diário da República», de 5 de Julho desse ano e emanado do Ministério dos Assuntos Sociais, depois de aprovado em Conselho de Ministros. É o actual estatuto da Ordem e dele vamos anotar alguns considerando do seu preâmbulo:

1.º — A organização do exercício da medicina iniciou-se em Portugal com a criação, em 1898, da Associação dos Médicos Portugueses.

2.º — Em Novembro de 1938, pelo Decreto-Lei n.º 29171, foi criada a Ordem dos Médicos, abrangendo fundamentalmente aqueles médicos que exerciam a medicina como profissão liberal.

4.º — A evolução da sociedade portuguesa e as alterações que se foram estabelecendo ao longo dos tempos no sentido duma maior interferência dos serviços estatais, na prestação de cuidados médicos às populações como meio de garantir de forma organizada o direito à saúde e do qual foi exemplo a criação dos Serviços Médico-Sociais da Previdência, vieram dar progressivo relevo à medicina exercida por conta de outrem e mostrar incapaz e desactualizada a regulamentação existente.

5.º — Os acontecimentos que se sucederam após 25 de Abril de 1974 e as transformações sociais surgidas acentuaram a necessidade de adequar o Estatuto da Ordem aos novos condicionamentos e filosofia sociais.

6.º — Em resultado dos trabalhos desenvolvidos foi elaborado novo projecto de estatuto, culminando todo o processo com a consulta aos médicos e votação democrática, levando à sua aprovação por esmagadora percentagem de votos favoráveis.

7.º — Este Estatuto, além de abranger todos os médicos no exercício da sua profissão, mostra feição marcadamente descentralizadora e respeito integral das liberdades democráticas. Exigindo que a Ordem dos Médicos agora renovada, exerça a sua actividade com total independência em relação ao Estado, formações políticas, ou outras organizações, o estatuto reconhece e defende, que a defesa dos legítimos interesses dos médicos passe em primeiro lugar pelo exercício de uma medicina humanizada que respeite o direito à saúde de todos os cidadãos. Ele se consagrando ainda o princípio da criação de um Serviço Nacional de Saúde, no qual os médicos terão necessariamente papel preponderante e fundamental.

8.º — Não pode deixar de caber ao Governo, no uso dos poderes legislativos que lhe são próprios, a aprovação do Estatuto da Ordem dos Médicos. Assim, o Governo decreta, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º — A Ordem dos Médicos, instituída pelo Decreto-Lei n.º 29171, de 24 de Novembro de 1938, passa a reger-se pelo estatuto anexo ao presente diploma.

Artigo 2.º — Fica revogado o Estatuto da Ordem dos Médicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 40651, de 21 de Junho de 1956.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros — *Mário Soares* — *Armando Bacelar*. Promulgado em 18 de Junho de 1977.

Publique-se. O presidente da República — *António Ramalho Eanes*.

### CAPÍTULO I

Da denominação, sede e âmbito

### CAPÍTULO II

Dos princípios fundamentais e fins

### CAPÍTULO III

Da inscrição, deveres e direitos

Secção I — Da inscrição

Secção II — Dos deveres e direitos

### CAPÍTULO IV

Dos órgãos da Ordem

Secção I — Princípios gerais

Secção II — Dos órgãos distritais

Subsecção I — Da assembleia distrital

Subsecção II — Do conselho distrital

Secção III — Dos órgãos regionais

Subsecção I — Da assembleia regional

Subsecção II — Do conselho regional

Subsecção III — Do conselho fiscal regional

Secção IV — Dos órgãos nacionais

Subsecção I — Do presidente da

Ordem dos Médicos

Subsecção II — Do plenário dos

conselhos regionais

Subsecção III — Do Conselho

Nacional Executivo

Subsecção IV — Do Conselho Fiscal

Nacional

Secção V — Dos órgãos disciplinares

Subsecção I — Do Conselho Nacional de Disciplina

Subsecção II — Do Conselho Disciplinar Regional

Secção VI — Dos órgãos consultivos

Subsecção I — Disposições genéricas

Subsecção II — Do Conselho Nacional de Deontologia Médica

Subsecção III — Do Conselho Nacional de Ensino e Educação Médica

Subsecção IV — Do Conselho Nacional para o Serviço Nacional de Saúde

Subsecção V — Do Conselho Nacional do Exercício da Medicina Livre

Subsecção VI — Do Conselho Nacional da Segurança Social dos Médicos

Subsecção VII — Dos colégios de especialidades

### CAPÍTULO V

Dos meios financeiros

### CAPÍTULO VI

Disposições gerais

### CAPÍTULO VII

Disposições transitórias

Art.º 105.º — Enquanto não tiver lugar a definição prevista no art.º 3.º, as áreas geográficas de cada secção regional da Ordem serão as seguintes:

— Norte — compreendendo as actuais províncias do Minho, Trás-os-Montes, Alto Douro e Douro Litoral.

— Centro — compreendendo as actuais províncias da Beira Alta, Beira Baixa e Beira Litoral.

— Sul — compreendendo as actuais províncias do Ribatejo, Estremadura, Alto e Baixo Alentejo e Algarve.

e ainda as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira e o Território de Macau.

O Ministro dos Assuntos Sociais — *Armando Bacelar*.

Maio de 1981.

*José Leone*

# IBERSEER

## SERVIÇOS DE CONTABILIDADE, LDA.

### AO SEU DISPOR PARA:

- RECUPERAÇÃO E EXECUÇÃO DE ESCRITAS
- CONSULTADORIA FISCAL (Imposto Único)
- PROCESSAMENTO INFORMÁTICO DE:
  - Contabilidade
  - Facturação
  - Salários
  - Gestão de Stocks
- ESTUDOS ECONÓMICOS
- EXECUÇÃO DE LIVROS SELADOS E PREENCHIMENTO DE DECLARAÇÕES OBRIGATÓRIAS
- ANÁLISE E RELAÇÃO DE BALANÇOS E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS
- SERVIÇOS DE REVISOR OFICIAL DE CONTAS

### CONSULTE-NOS

Rua das Francesinhas, 21, 1.º-E

1293 LISBOA CODEX

☎ 66 88 31

---

# OS BASTONÁRIOS



**Elysio de Azevedo e Moura**  
1939

Nasceu em 30/08/1877

Formou-se em 7/1900

Formatura Coimbra

Faleceu em 18/06/1977

**António José Pereira Flores**

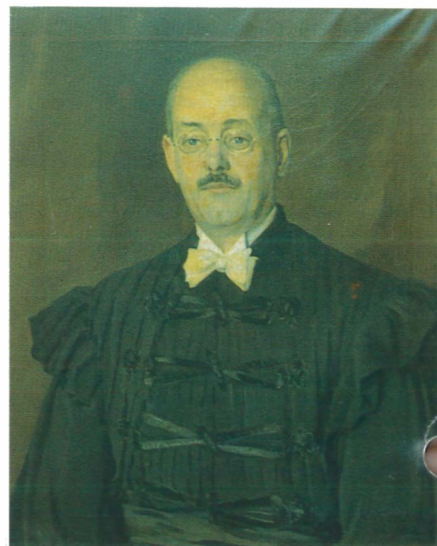
1940 a 1943

Nasceu em 03/01/1883

Formou-se em 14/06/1911

Formatura Lisboa

Faleceu em 12/12/1957



**Fernando de Freitas Simões**

1944 a 1946

Nasceu em 07/03/1890

Formou-se em 27/07/1915

Formatura Lisboa

Faleceu em 26/07/1972



## **Manuel Cerqueira Gomes**

**1947 a 1955**

**Nasceu em 16/11/1894**

**Formou-se em 18/06/1921**

**Formatura Porto**

**Faleceu em 16/12/1973**

## **Jorge Augusto da Silva Horta**

**1956 a 1961**

**Nasceu em 23/01/1907**

**Formou-se em 19/11/1932**

**Formatura Lisboa**



## **João José Lobato Guimarães**

**1962 a 1967**

**Nasceu em 27/10/1916**

**Formou-se em 29/11/1941**

**Formatura Coimbra**

**Faleceu em 05/05/1975**



## **João Pedro Miller Guerra**

1968 a 1975

Nasceu a 11/05/1912

Formou-se em 29/11/1942

Formatura Coimbra

## **António Gentil da Silva Martins**

Nasceu em 10/07/1930

Formou-se em 20/07/1953

Formatura Lisboa



## **Manuel Eugénio Machado Macedo**

Nasceu em 10/02/1922

Formou-se em 22/07/1946

Formatura Lisboa

ATENÇÃO  
FARMACIA  
BRO  
COM  
PUL

APRESEN

16x500 m  
16x1 g  
100 ml (50  
100 ml (25  
Carteira 3



S. por Q. CAPITAL:



# TESTEMUNHO DE APREÇO



Senhor Vice-Presidente da Assembleia da República  
Magnífico Reitor da Universidade de Lisboa  
Senhor Bastonário da Ordem dos Médicos  
Minhas Senhoras e Meus Senhores

— Quando o Senhor Bastonário da Ordem dos Médicos, acompanhado dos representantes dos diversos Conselhos, me foi convidar para assistir a esta cerimónia, eu imediatamente lhe disse que sim e que era com muito prazer que estaria presente. Quando ele me pediu para depois dizer também algumas palavras eu fui um pouco mais reticente. Mas em todo o caso não quero deixar de, em brevíssimas palavras, começar naturalmente por felicitar a Ordem dos Médicos por este aniversário de tanto significado para a Ordem e para Portugal, e também por deixar aqui, em nome do povo Português que represento, um testemunho de apreço, do carinho, da consideração e do respeito que me merecem os Médicos Portugueses, classe profissional que está extremamente prestigiada em Portugal e no estrangeiro, gostaria de o sublinhar.

Por isso, no momento em que a Ordem dos Médicos, que representa toda esta classe profissional, tão importante dos Médicos, comemora os seus 50 anos, o Presidente da República de Portugal tem muito gosto em estar presente e de felicitar a Ordem dos Médicos.

## ALVARÁ DE CONCESSÃO

«Mário Soares,  
Presidente da República  
e Grão-Mestre das  
Ordens Honoríficas  
Portuguesas, faz saber  
nos termos da  
respectiva Lei Orgânica,  
aprovada pelo  
Decreto-Lei 414-A/16,  
de 15 de Dezembro,  
que confere à Ordem  
dos Médicos o título de  
Membro Honorário da  
Ordem Militar de  
S. Tiago de Espada.»

## 50.º ANIVERSÁRIO DA ORDEM DOS MÉDICOS



Em 24 de Novembro último, a Ordem dos Médicos completou 50 anos de existência. Uma efeméride importante na vida de uma instituição dedicada à valorização da Medicina e do seu exercício. Uma Ordem que é dos médicos e que tem neles a sua razão a razão de ser. Que nos médicos encontra também a força e o prestígio que a Sociedade e o Estado lhe conferem. E que é, numa época em que a nossa Classe se transformou no alvo preferencial de quem procura nos outros alibis para a ineficácia já provada, o adversário por excelência do poder. É tempo de reflexão. De termos presente as dificuldades e os desafios do futuro e de, em conjunto, mobilizar a Classe em torno da sua Ordem.



*O Presidente da República, à chegada à Aula Magna da Reitoria da Universidade Clássica de Lisboa*



*A mesa de Honra*



*Concerto de Maria João Pires*



*Palavras do Presidente da República*

«...não quero deixar de, em brevíssimas palavras, começar naturalmente por felicitar a Ordem dos Médicos por este aniversário de tanto significado para a Ordem e para Portugal, e também deixar aqui, em nome do povo português que represento, um testemunho do apreço, do carinho, da consideração e do respeito que me mereceu os médicos portugueses.»



*Discurso do Bastonário da Ordem dos Médicos*

«O Presidente, com a sua presença na sessão comemorativa do cinquentenário da Ordem dos Médicos, vem fazer uma declaração pública de que nos compreende, nos apoia e está connosco.»

Vossa Excelência, Senhor Presidente, já era mas ainda mais fica credor do reconhecimento de todos nós!



*Oração de Sapiência do Prof. Jorge Borges de Macedo*

«...a necessidade de interpretar o homem no seu tempo não pode dispensar a Medicina. Mas temos de concordar que, nesse capítulo, a ciência mal chega ainda a balbuciar as primeiras aspirações.»

# SESSÃO SOLENE



*A mesa de honra com o Presidente da República, Mário Soares, o vice-Presidente da Assembleia da República, Ferraz de Abreu, os Reitores da Universidade Clássica de Lisboa e da Universidade Nova com os dirigentes nacionais da Ordem dos Médicos*



*Maria João Pires no final do Concerto*



*Em cima, o Marechal António de Spínola, presente na sessão solene e em baixo o Padre Vítor Melícias, ambos conversando com o Prof. Machado Macedo*



*Em cima, o Prof. Machado Macedo agradecendo e entregando um ramo de flores a Maria João Pires. Em baixo, um aspecto da assistência*



# "OPTAMOS PELA CULTURA E NÃO PELA POLÍTICA"

Discurso proferido pelo Prof. Machado Macedo na Sessão Solene do 50.º Aniversário da Ordem dos Médicos.

Senhor Presidente da República  
Excelência

Senhor Vice-Presidente da Assembleia da República  
Excelência

Senhores Embaixadores  
Excelências

Senhores Representantes do Corpo Diplomático

Dr. Jerónimo Aizpiri  
Ilustre Secretário do Conselho Nacional da Ordem dos Médicos de Espanha em representação de todos os Médicos espanhóis

Caros Colegas

Minhas Senhoras e meus Senhores

Magnífico Reitor da Universidade Clássica, Prof. Meira Soares:

A V. Exa., como dono da casa, dirijo uma palavra reconhecida pelo acolhimento dado à Ordem dos Médicos nesta data de tão alto significado.

A minha ligação à Instituição que V. Exa. rege tem para mim um significado profundo.

De novo o Supremo Magistrado da Nação, e hoje em ocasião muito espe-

cial, vem trazer à classe médica uma prova de compreensão e solidariedade. O Presidente de todos os portugueses, com a sua presença na sessão comemorativa do cinquentenário da Ordem dos Médicos, vem fazer uma declaração pública de que nos compreende, nos apoia e está connosco.

Vossa Excelência, Senhor Presidente, já era **mas ainda mais fica** credor do reconhecimento de todos nós.

Os Presidentes dos Conselhos Regionais do Norte, Centro e Sul da Ordem dos Médicos estão na mesa da Presidência e fazem parte da organização dos actos comemorativos de hoje. Tomo a liberdade, no entanto, de saudar V. Exas. como colegas dirigentes da Ordem e como representantes de todos os médicos portugueses.

Impõe-se, nesta alocução, que pretendo seja rápida, fazer uma curta resenha histórica da nossa instituição e das que a precederam.

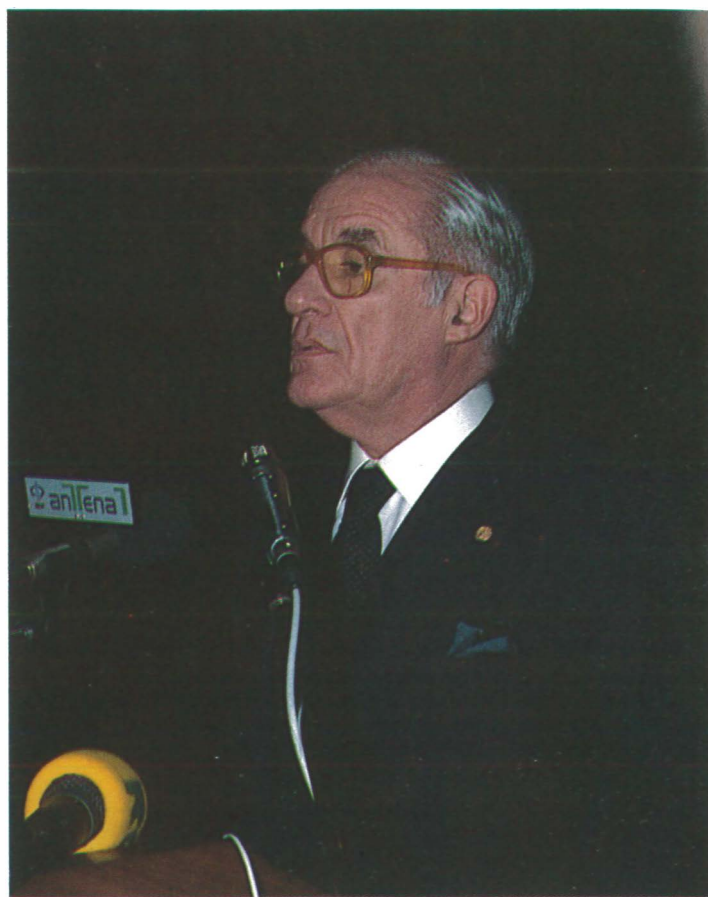
Em 1898, também em Novembro mas há 90 anos, foi fundada em Lisboa a Associação dos Médicos Portugueses. Recomendo aos médicos a leitura de um excelente e informativo artigo do Senhor Doutor José Leone, Licenciado em Direito, historiador da Medicina e que fez carreira nos Hospitais Cívicos de Lisboa, onde foi orientador da biblioteca, do Museu e Arquivo Histórico assim como Secretário do Boletim Clínico dos HCL. Esse tra-

balho, publicado na revista da Ordem dos Médicos em Setembro de 1981, tem o título de «Achegas para a história das associações de classe dos médicos portugueses, inseridas hoje na chamada Ordem dos Médicos» e nele se faz a história das associações que no nosso País existiram na transição para o século XX. Vale a pena relatar alguns factos ainda que sem pormenor.

A primeira associação de classe, foi formada porque, segundo o texto, um pequeno grupo de médicos de Lisboa, «de ânimo confiado e teimoso» julgou ser útil fundar-se uma associação com o fim de defender os seus membros, da província e da capital, contra os não raros abusos, e passo a citar, «já em concursos nas câmaras municipais, já nas suas contendas com as associações de socorros mútuos, **de vida airada**, já nas suas relações com o Estado, **nosso soberano**, que nos dá o pão do fisco e outros pães de parecida farinha». Fim de citação. Não são precisos comentários pois a farinha de agora continua igual.

Dentro das suas actividades iniciais a Associação aprovou pör unanimemente, em Outubro de 1899, o seu primeiro Código Deontológico.

Como diz o Doutor Leone no seu trabalho, já nessa altura se utilizou o direito de greve que muitos julgam hoje «ser novidade política». Houve,



de fa  
dos,  
cos  
dos  
man  
seus  
de,  
satis  
ções  
são p  
dad  
ciaçã  
que  
En  
-se u  
ciaçã  
de P  
1910  
dizer  
Assoc  
fim e  
est  
entre  
De  
da R  
Out  
Man  
estat  
tana  
Médi  
Co  
tuinc  
ção  
gal,  
de 19  
Pres  
A  
de  
Méd  
ram-  
De  
da u  
cos  
único  
preg  
gra  
com  
espí  
os m  
são,  
a del  
E  
legal  
Nov  
men  
N  
men  
«Ter  
inte  
aspe  
No  
infor  
da  
crito  
D  
Est  
cara  
pios  
garan  
cina.  
Co  
atray

de facto, um movimento de braços caídos, iniciado pelo Sindicato dos Médicos Mutualistas, ligado à Associação dos Médicos Portugueses, «contra a maneira incorrecta dispensada aos seus facultativos chegando ao ponto de, durante meses, não lhes serem satisfeitas as suas justas remunerações». Este movimento teve repercussão por todo o País e mereceu o apoio dado aos colegas de Lisboa pela Associação Médica Lusitana do Porto a que me vou referir de seguida.

Em 22 de Dezembro de 1909 reuniu-se uma primeira Assembleia da Associação de Classe dos Médicos do Norte de Portugal que, em 10 de Fevereiro de 1910 envia uma carta aos colegas dizendo, em preâmbulo, que essa Associação tem essencialmente por fim elevar o prestígio da Classe Médica e estabelecer relações de solidariedade entre os seus membros.

Depois, por alvará da Presidência da República Portuguesa, de 31 de Outubro de 1913, assinado por Manuel d'Arriaga, são aprovados os estatutos da Associação Médica Lusitana ou Associação de Classe dos Médicos do Norte de Portugal.

Coimbra seguiu o exemplo constituindo-se nessa bela cidade a Associação dos Médicos do Centro de Portugal, inaugurada com pompa em Março de 1912, nos Paços do Conselho, sob a Presidência do Ministro do Interior.

A União dos Médicos Provinciais, de Portalegre, e a Associação dos Médicos Portugueses, de Évora, seguiram-se em acividades semelhantes.

Desenvolvia-se, no entanto, a ideia da união **ou reunião** de todos os médicos portugueses num organismo único, que, a nível nacional, os congregasse, defendesse e obrigasse, com regras definidas, por todos aceites, com forte base associativa dentro do espírito da ética e da deontologia que os médicos, **por honra da sua profissão**, tinham de assumir e se obrigavam a defender.

E assim surge a Ordem dos Médicos, legalizada pelo Decreto-Lei de 14 de Novembro de 1938, faz hoje precisamente 50 anos.

Nos seus primeiros estatutos ficou mencionado que a Ordem dos Médicos «Tem por fim o estudo e defesa dos interesses profissionais, nos seus aspectos moral, económico e social». No capítulo dos direitos e deveres informa-se que «é vedado o exercício da medicina a quem não estiver inscrito na Ordem dos Médicos».

Durante o período de vigência do Estado Novo, a Ordem dos Médicos caracterizou-se pela defesa dos princípios ético-deontológicos e foi o garante do exercício técnico da medicina.

Com a atribuição de novas funções, através do Decreto-Lei N.º 38213, de

26 de Março de 1951, que se refere à concessão do título de especialista, acentua-se o carácter interveniente da Ordem dos Médicos na defesa da saúde e dos doentes. Foi-se reforçando também o aspecto deontológico, com a criação das especialidades, e a exigência do rigor técnico do exercício da profissão, de novo foi revisto o Estatuto da Ordem dos Médicos pelo Decreto-Lei N.º 40651, de 21 de Junho de 1956, em que se reformula toda a estrutura passados 18 anos sobre o decreto inicial.

Por outro lado, a Ordem dos Médicos sempre fez ouvir a sua voz nos grandes problemas da política de saúde, tendo aglutinado a classe em volta de um projecto de saúde e carreiras médicas de acordo com uma medicina mais humanizada e extensiva a toda a população, chegando a recorrer à greve para fazer valer essa concepção.

Era então bastonário o Prof. Miller Guerra, que juntou à sua volta um grupo de médicos, responsável pelo ainda hoje célebre «relatório das carreiras médicas», que tanto influenciou a organização e a política de saúde desde então, se relemos as edições que a Ordem dos Médicos levou ao conhecimento de todos, designadas por «estudos sobre a carreira médica» publicado em 1959 e «relatório sobre as carreiras médicas» trazido ao público em 2 de Maio de 1961 e reimpresso em 1967, fica-se surpreendido como, ao fim de 30 anos, a filosofia exposta, as recomendações e as críticas expressas, são aplicáveis quase integralmente hoje em dia.

A Ordem sofreu as consequências dos tempos de mudança de 1974 quando se decidiu transformá-la, sem se ter ouvido a Classe Médica, num sindicato ao gosto da época.

Em 1976, os médicos reunem-se, refazem e reorganizam a Ordem, a Classe Médica muito ficou a dever aos colegas responsáveis e dedicados desse período que levaram à elaboração do actual Estatuto da Ordem dos Médicos que corresponde ao Decreto-Lei N.º 282 de 5 de Julho de 1977, aprovado quando o Dr. Mário Soares era Primeiro Ministro.

Na vida da nossa Ordem, os acontecimentos de vulto, como é, aliás, do conhecimento geral, têm sido muito especialmente ligados à luta pelos princípios que temos o dever de defender. Ligam-se à defesa da saúde, ao tratamento dos doentes, ao funcionamento das instituições públicas ou privadas, às carreiras médicas.

Desta maneira tem-se procurado salvaguardar a posição dos médicos em relação ao meio ambiente que se tem tornado ciclicamente mais ou menos agressivo. Como tenho já dito, citando um ilustre Professor catedrá-

tico e político dos nossos dias, a Classe Médica tem sido atingida indiscriminadamente, com generalização ofensiva e injusta, tal como sucede com o mau caçador que, numa batida, atira uma chumbada ao bando que passa.

Outras ocasiões, essas de pompa e circunstância, têm acontecido na Ordem ainda que raramente.

Desejo referir uma dessas reuniões que poderei chamar de gala. Não assisti mas vem relatada em livro editado na época pela Ordem dos Médicos. Foi uma festa de «consagração da medicina», realizada em 4 de Dezembro de 1954, na Sala Portugal da Sociedade de Geografia.

Presidiram os governantes de então, assistiram os professores com os seus

---

**«Como já tenho dito, citando um ilustre Professor Catedrático e político dos nossos dias, a Classe Médica tem sido atingida indiscriminadamente, com generalização ofensiva e injusta, tal como sucede com o mau caçador que, numa batida, atira uma chumbada ao bando que passa.»**

---

fatos académicos e a assistência era de pompa, o Bastonário, Professor Cerqueira Gomes, fez uma oração de sapiência e o mesmo sucedeu com dois convidados de honra: o Professor Pasteur Vallery-Radot e o Professor Gerónimo Maranon. Nesse livro transcrevem-se as três conferências com textos originais em Português, francês ou espanhol e tradução em duas línguas. A razão dessa «consagração da medicina», foi a condecoração de três médicos **designados por rurais**, com cerca de 80 anos de idade: o Dr. Lúcio Pais de Abranches, o Dr. Alberto Martins dos Santos e o Dr. João Carneiro Leal, formados respectivamente nas Universidades de Coimbra, Lisboa e Porto. Reli há pouco tempo esses discursos e achei que deveria, ainda que muito brevemente, transmitir

nesta alocução algumas frases que mantêm uma admirável oportunidade contemporânea. Ao fazer o elogio de Pasteur Vallery-Radot, o então Bastonário citou o prefácio do livro «Médico dos Homens» em que Pasteur Vallery-Radot denunciava a falsa oposição entre a «Medicina» de um lado e a «Medicina Social» do outro. E reproduzia a seguinte frase: «para a França de Descartes e de Pascal, uma imensa esperança nasceu: a de guiar a humanidade hesitante para uma fórmula nova pela qual o indivíduo não seja triturado».

O discurso de Pasteur Vallery-Radot é um monumento típico da língua francesa, da cultura de um homem, mas também um exemplo da defesa dos princípios de uma profissão nobre. Cito só algumas ideias: «a medicina ultra tecnológica e standardizada, tão anónima como desumana, conduz os estados à tendência de transformar os médicos em funcionários públicos». «Mas atenção ao futuro! O mais temível erro do legislador será o de não respeitar a personalidade humana retirando ao doente a livre escolha do seu médico». E acrescenta: «há quatro princípios fundamentais que se decidiu designar por «carta hospitalar» que o Estado não pode infringir sem o perigo de destruir a Medicina. Esses princípios são: a livre escolha do médico pelo doente, o respeito pelo segredo profissional, a liberdade de prescrição, o acordo directo entre o doente e o médico». Disse ainda o ilustre convidado da Ordem em 1954: «a Medicina de nada valerá moralmente, socialmente e mesmo tecnicamente a não ser através do homem, do médico, que a exerce».

Gregório Maranon fez também um admirável discurso, mas de outro tipo, mais para ler e reflectir do que para citar. No entanto tem um parágrafo que desejo lembrar:

«Todas as leis, **em todo o mundo de hoje** tratam de socializar a Medicina, com maiores ou menores meios de fortuna. Nenhuma dessas leis poderá extinguir o instinto de conservação da nossa profissão, **que não é um partido político nem uma corrente de opinião**, ambos exemplos de espécies efémeras, mas sim uma realidade radicalmente unida à vida e tão duradoura como ela.

Os grandes progressos da Medicina são acompanhados de um peso orçamental incomportável, mas a desumanização não é aceitável. A Medicina tem de ser posta à disposição do público, do povo».

Na vida da nossa Ordem e em toda a Classe Médica, anos mais tarde, no fim da década de 50, passou a sentir-se os «winds of change» de que falava Harold MacMillan, Primeiro Ministro

britânico ao preparar o seu país e a Europa para a compreensão da independência dos países da comunidade britânica.

Desenhava-se a socialização da Medicina e todos nós concordámos, e colaborámos no já mencionado «Relatório das Carreiras Médicas».

E chegámos aos momentos difíceis de agora. Não vou, nesta data que procuramos passar sobriamente, mas que é de festa, entrar em fogos de artifício de acusações e reivindicações. Não é este o momento, mas ele chegará quando for oportuno e necessário como parece inevitável a curto prazo. Estamos atentos e lutamos pela união da nossa classe, não ignorando a dificuldade traduzida à superfície mercê de ingenuidades optimistas ou oportunismo que se procura disfarçar. Pelo relacionamento com as instituições supranacionais, algumas ligadas ou dependentes da Europa comunitária, tem a Ordem dos Médicos conhecimento do que se vai passando pelos outros países. A diferença não é grande em relação a nós. E, por isso, me lembro de Fernando Pessoa que, no livro do desassossego diz «serei sempre da Rua dos Douradores, como a humanidade inteira». Para defender os doentes, a saúde, os hospitais, temos de nos unir, temos de estabelecer as prioridades e estratégias.

Fala-se muito do vício de fumar. E há pessoas que são vitorizadas, com justiça, por não fumarem. Faço arduos votos para que o seu número aumente e que a saúde se mantenha livre dos conhecidos malefícios desse vício. Mas não é só o controlo do fumo que **nós, médicos**, devemos ter no nosso programa. Temos de clamar pela liberdade. Liberdade da relação médico/doente. Liberdade do exercício da profissão. Liberdade da prescrição tal como Pasteur Vallery Radot declarou há 44 anos. Mas a liberdade, **admirável anseio**, traz responsabilidades enormes. A autocrítica foi uma anedota política de há 15 anos, mas é uma necessidade absoluta no exercício de uma profissão como a nossa em que os erros podem até passar despercebidos, mas têm de ser reconhecidos, **íntima e profundamente**, até porque não podem ser repetidos.

Temos de nos preparar para 1 de Janeiro de 1993, a comunicação com o exterior não só quando é desejada mas porque é um facto da vida, imparável e inevitável, vai-nos trazer colossais surpresas, riscos, competitividades, ninguém nos prepara para isso. Mas somos nós que, através da grande força da classe, que temos vindo a consolidar gradualmente, somos nós que temos de nos organizar, com a nossa preparação técnica, com o con-

tacto civilizado e construtivo, com a nossa liderança interna e com a nossa ética indestrutível. Preparamo-nos assim para o temível e fascinante desafio. Procurou a Ordem dos Médicos organizar uma grande sessão adaptada à solenidade das suas bodas de ouro, mas com a simplicidade tornada grandiosa pela qualidade.

Optámos pela cultura e não pela política, os médicos não pretendem ser intelectuais como uma finalidade de vida, mas há muitos que têm a necessidade de se evadir dos trabalhos profissionais, do sacrifício que lhes é trazido pelas fadigas, pelo trabalho com os doentes e pela obrigação de estudar. E não são poucos os que se refugiam em horas vagas, **mas sempre cheias**, com a leitura e com a arte na qual sobressai a música.

---

## «A Ordem dos Médicos sempre fez ouvir a sua voz nos grandes problemas da política de saúde, tendo aglutinado a Classe em volta de um projecto de saúde e carreiras médicas de acordo com uma medicina mais humanizada.»

---

Esta manifestação cultural fica assinalada pela subida honra da presença de Sua Excelência o Presidente da República.

Ouvimos um Concerto por uma das maiores artistas que Portugal tem produzido em toda a sua história, e uma Conferência por um dos grandes intelectuais do nosso País.

Além de ter sido cunhada uma medalha comemorativa, foi organizado um jantar de confraternização como fim de festa.

Ao Professor Jorge Borges de Macedo e à Maria João Pires, sem título Académico mas também catedrática do piano, deixamos, todos nós, médicos portugueses, um agradecimento que fica registado indelevelmente no espírito e no coração.

Mais um último agradecimento, Excelência, por ter vindo honrar-nos com o calor da sua presença.

# MEDICINA, CULTURA E MUNDO



«Oração de Sapiência» proferida pelo Prof. Jorge Borges de Macedo na Sessão Solene do 50.º aniversário da Ordem dos Médicos.

Decerto que se levantam múltiplos problemas a quem vindo da área das ciências humanas, como é o meu caso, toma a responsabilidade de falar a médicos, ainda para mais, na reunião comemorativa do quinquagésimo aniversário da sua Ordem. Pensando melhor, porém, se não tiver em conta que o Conselho da Ordem dos Médicos e o seu ilustre Bastonário, o Professor Manuel Eugénio Machado Macedo, se equivocaram quanto à qualidade do escolhido, julgo que a decisão foi atilada. Ao constituir, para celebrar uma data de percurso, um programa que envolve, por um lado, uma parte musical e por outro, esta espécie de meditação, em voz alta, em redor da problemática geral da ciência e do seu endereço português, além dos seus problemas próprios, como instituição, a Ordem dos Médicos mais não está a fazer do que a exprimir, para além da profissão e das especialidades que ela envolve, a permanência de uma tradição, desde sempre, característica da medicina portuguesa que é essa da ligação que sempre estabeleceu com as outras expressões da cultura. Sinal da presença significativa do médico, seja no domínio da arte, da literatura, da história, etc. Para salientar esta realidade, em verdade que permanente na

cultura portuguesa, poderíamos remontar ao nome de Pedro Hispano, ou Pedro Julião, depois João XXI para o século XIII. A intervenção que teve no pensamento filosófico, lógico e psicológico é mais celebrada do que a sua actividade como médico, muito embora esta fosse, no seu tempo, largamente conhecida(!). E neste percurso, até chegarmos ao século XX, encontraríamos sempre nomes significativos dessa atitude intrinsecamente interdisciplinar do médico português, onde, para o nosso contemporâneo, se citarão, entre outros nomes, os de José Leite de Vasconcelos, Abel Salazar, Jaime Cortesão, ou Egas Moniz. O que só servirá para referir essa atitude, na vida médica portuguesa como um processo mental que se enraizou em tradição.

Afirmção que tanto é um ponto de partida como um ponto de chegada e uma esperança. Para isso, interessantes, primeiro, salientar, para além desta tradição cultural, a importância intrínseca da perspectiva médica nos objectivos actuais das ciências humanas propriamente ditas. Em segundo lugar, procuraremos salientar o papel que essa atitude pode desempenhar na renovação da cultura portuguesa, tanto na percepção da distância do seu desenvolvimento como na compreensão das suas dificuldades e bloqueios. Escolheremos, para exemplo destes últimos aspectos, um momento altamente significativo no pensamento português que foi o século XVI. Que

lições deveremos tirar, para o nosso tempo, deste período tão profundamente criador?

1

A ligação da Medicina às Ciências Humanas não nos pode admirar, hoje. Na verdade, quando a história se define como a ciência do homem no tempo, na luminosa (mas pesada de exigências) frase de Lucien Febvre, nela está envolvido todo um conceito interdisciplinar que, obviamente, abrange a economia, a psicologia, a sociologia e outras ciências humanas, mas onde a medicina como um lugar que, cada vez mais, se alarga e aprofunda. Não vamos, decerto, lembrar os curiosos esboços — não desprovidos de interesse — do Dr. Cabanès(?), para a história de França ou as impressões acintosas do Dr. Júlio Dantas sobre os reis portugueses(?). Não é, na verdade difícil ir mais longe, quer na análise dos fenómenos epidémicos, de tão expressivo contexto social, quer no próprio conceito de saúde pessoal dos homens(4) e da sua perturbação, onde, dentro de uma base biológica permanente, veio a verificar-se existirem variantes temporais, sociológicas e civilizacionais; só a medicina pode contribuir para unificar e tornar inteligível esse conjunto assimétrico de factores a ponderar. E o facto não pode deixar de ter influência no inventário das «pesquisas a fazer». Gilberto



Freire levou a efeito, nesse sentido, uma das mais subtis aplicações dessa problemática, à antropologia contemporânea, relativamente ao Brasil<sup>(5)</sup>. São estudos, de há muito, de indispensável referência, os resultados obtidos pela medicina histórica no estudo dos fenómenos epidémicos, assim como na interpretação dos dados da demografia, da história alimentar e na determinação das «doenças sociais»<sup>(6)</sup>. Acrescentar-se-ão os resultados obtidos com a autópsia tanto das múmias como de outros restos mortais encontrados em túmulos mais recentes. Citemos, ainda a análise dos esqueletos vikings encontrados na Gronelândia. E deverá acrescentar-se, num campo de pesquisas já organizado, o estudo da loucura como fenómeno que impõe uma definição diacrónica, como o demonstrou Michel Foucault<sup>(7)</sup>.

O que, a partir dessas vias de pesquisa, podemos estabelecer é que, para serem plenamente compreendidos os conceitos de saúde e doença, normalidade e de anormalidade se torna indispensável uma dimensão histórica que só a medicina pode ponderar. E assim, da intervenção tímida e até certo ponto, folclórica, da medicina na história chegamos, na actualidade, à consciência do papel que está desempenhando como indicador sintomático de aspectos essenciais da vida social, ligados à vida sexual, às dietas alimentares, à medicina preventiva, ou ao reflexo na média de vida. Com o melhoramento dos recursos à disposição das análises químicas e a sua área de incidência, a medicina faculto inúmeros dados que integrados nas análises sociológicas e nos estudos de mentalidade, consolidam, consideravelmente o conhecimento do homem, tanto no biológico, como psicológico do seu comportamento público que com tudo isso se relaciona.

Em suma, a necessidade de interpretar o homem no seu tempo não pode dispensar a medicina histórica. Mas temos de concordar que, nesse capítulo, a ciência mal chega ainda a balbuciar as primeiras aspirações. Em Portugal, na espécie de certeza de que assim é, esperemos estudos concretos que temos todas as condições para realizar.

Poderemos limitar a estes domínios, o tipo das relações que podem estabelecer-se entre medicina e as ciências humanas? Julgo que esse aspecto, embora significativo e sempre em aumento, é, tão só, um dos pontos em que tal questão se pode pôr. Esta envolve um campo de relações muito mais amplo e profundo, como o vemos, entre tantos, em Mirces Eliade, Huizinga, Lucien Fèbvre, historiadores da mentalidade, George Sarton, Thorn Dyke, historiadores das ciências

ou George Gusdorf no âmago das próprias ciências humanas. Este último, num dos seus estudos fundamentais coloca a atitude médica como elemento chave para podermos compreender as formas de observação e pensamento, de saber organizado com a intenção de curar, como um dos aspectos mais tensos e exigentes do acto humano de considerar a natureza e agir sobre ela.

A própria palavra «curar» está carregada de sentido histórico que vai desde o «exorcitar», ou o uso de remédios estranhos ou horrendos, por isso mesmo eficazes, até ao estabelecimento de um pensamento científico bem delimitado. E embora o curar tenha, hoje e sempre, um significado fortemente imediato e vivencial, é por isso mesmo, diferente, conforme as épocas e as civilizações. Uma coisa é certa: para a compreensão daquele termo o imediato nunca basta, tal o peso psicológico e social que envolve. Razão pela qual tem todo o cabimento determinar qual o papel que o saber médico representa na dialéctica do conhecimento. Por outro lado, podemos perguntar qual a função que tem desempenhado no pensamento português.

Salientemos o seu carácter concreto, essencialmente particular, embora sempre derivado de um conjunto de razões globais que, em muitos casos, podem não ser de grande qualidade crítica. Afinal, muito semelhante ao particular histórico. Acresce que, ambos exigem, para se tornarem úteis, digamos assim, uma compreensão mais ampla, qualquer que seja o conteúdo que se queira dar a esse conceito de utilidade. E este último, por muito arriscado que seja fazê-lo, obriga sempre a uma teorização. Certo é que nem sempre ela é resolvida dentro de um universo crítico. E os conceitos pré-estabelecidos não raro impõem à observação ou ao particular condições que lhe limitam o valor, a veracidade, o aproveitamento e até a idoneidade do que se sabe, uma vez que a exigência vivencial do «curar» é sempre superior aos recursos reais disponíveis por cada civilização. São riscos em que a história da medicina é particularmente fértil. Contudo — sabemo-lo, hoje — é um risco necessário, ponto de partida para uma maior aproximação do real.

O risco principal da observação é supor que a sua prática é suficiente, em si mesma e aplicável para confirmar ou recusar, definitivamente, pelo exemplo, teorias ou doutrinas. Ela própria — a observação — é tomada como superior à teoria que a enforma, e, de certa maneira o é. Contudo, não é menos certo que a observação envolve, já de si, um esquema de pensamento que se reflecte na própria

observação. Esta objecção cautelar não é, decerto, intransponível para o processo científico, mas, na realidade, só pode ser ultrapassada se tivermos bem presente que é indispensável uma teoria crítica da observação que a não tome como a expressão superior da objectividade. A história da ciência mostra-nos, como diz Popper, que uma teoria só se discute com outra teoria que, criticamente se revele abranger um maior número de factos ou de casos<sup>(8)</sup> e assim sucessivamente. O progresso científico realiza-se através das teorizações e não pela acumulação de factos, inertes em si mesmos. Teoria é o que está por detrás de Hipócrata



*Amato Lusitano*

tes, Vesálio, Paré, Malpighi, Harvey, Boerhave. É ela que orienta a procura dos factos. Sucede assim tanto em Medicina como nas Ciências Humanas, na Matemática, na Astronomia ou na Economia. A observação envolve uma teoria do real e a interpretação deste último, na sua maior ou menor problemática em matéria de dúvida ou carência explicativa. O real como problemática, em si mesma, é uma concepção que não é muito familiar aos portugueses na área da realidade física, embora não o seja tanto assim na área das Ciências Humanas e da Medicina. É o que se vê, para esta última, em nomes como Garcia de Orta, Amato Lusitano, Rodrigo da Costa Sarmiento, Ribeiro Sanches e tantos mais. E contudo, todos esses portugueses também cederam ao medo de teorizar ou de tomar consciência do peso da teorização no próprio acto de observar. E é este, penso eu, o primeiro pecado mortal da ciência portuguesa que ocorre enunciar aqui.

A atitude mais fecunda, aquela que sempre se tem formulado no sentido do conhecimento ou interpretação científica do real é encontrar maneira de teorizar, não de um modo inamovível, mas criticamente, provocando debates de interpretação. De outro modo, perdem-se as observações já feitas, sem se poderem renovar e aprofundar. Precisamos de as usar noutras perspectivas, com aquilo a que podemos chamar as hipóteses do desafio,

pela contestação do que se supõe adquirido.

Desde Aristóteles a Bacon e daí a Stuart Mill todos têm tentado aproveitar a indução para a fazer decisiva no confirmar ou no recusar. Mas se a indução pode suscitar um início de proposta não é por ela que se estabeleceu o seu valor e se promove o progresso científico. Uma nova teoria surge quando interpreta o real de um outro modo e o faz diversificar-se, apresentando-se assim como alternativa verosímil. Suscita um novo questionamento a esse real, já percebido noutra perspectiva. E assim, temos hoje, plena consciência de que as substantivações que se supunham feitas de uma vez por todas, deixaram de ter sentido de racionalidade, como atitude para a compreensão do mundo.

O progresso científico faz-se avançando no sentido de atingir o que podemos chamar, imageticamente, as áreas proteicas da realidade que sabemos sempre existirem e que só passam a integrar-se no nosso conhecimento, quando as tentamos abranger em novas substantivações que se formulam e exprimem interpretações portadoras de novas verosimilhanças. Para a realidade ser apreendida como perplexidade nacional permanente tem de



Zacuto Lusitano

ser provisoriamente delimitada, abrindo assim caminho à constante verificação, segundo outras perspectivas e exigências. Por isso, os modelos teóricos de recusa, digamos assim, são essenciais ao progresso científico e ao consequente aprofundamento da observação que só se renova por novas solicitações teóricas. Como meros exemplos, diremos ter sido assim que nasceram os conceitos do infinitamente pequeno e do infinitamente grande, ainda há pouco inexistente ou inexequíveis.

Encontrar recusas à teoria proposta e formular outra que abranja essas recusas é a posição que Popper propõe como método crítico para que a observação e a dedução se possam renovar.

Esta posição do grande teórico do pensamento científico é, para nós, particularmente relevante, porque vem salientar o papel decisivo representado pelos riscos do trabalho teórico, como condição de debate, sugestão de hipóteses e princípio orientador da verificação, assim como da viabilização de vias originais de pesquisa. Daí, o termos de dizer que a observação é uma condição necessária mas não suficiente para o progresso científico. Este só se verifica, quando se alargam as perspectivas de interpretação do real, que só podem realizar-se quando existem interpretações que desafiam o modo como ele tem sido visto ou apresentado.

Note-se que, no nosso tempo, essa atitude crítica perante o real, visando a sua diversificação já não é exclusiva da investigação científica. Assim como se sabe bem que essa atitude não significa desprendimento relativamente a esse mesmo real. A verdadeira consequência significativa é a multiplicação dos prismas de observação. E como disse, não se julgue que é uma posição exclusiva do processo científico quanto à interpretação do real. Assim, por exemplo, como podia a Arte suportar o desafio contemporâneo, se corajosamente não tivesse ultrapassado o mito do realismo imagético já explorado e gasto e não tivesse tentado conceber outras realidades, como o fizeram, por exemplo, Gaughin, Cézanne, Mondrian, Picasso, Dali ou os «nossos» Amadeu e Almada, por exemplo? E o que fizeram, para o universo transferido pela palavra Mann, Appollinaire, Musil, Cocteau? Ou o teatro moderno que entre outros processos afins, renova as peças e os temas clássicos, deslocando para segundo plano, a figura, antes central, pondo no lugar que esta última ocupava, uma outra, antes, secundária, de modo a alterar o ângulo por que é vista toda a acção? E não se deu o mesmo no universo musical? Assim se chega àquilo a que chamamos a intensificação da diversidade, desencadeando observações, antes impossíveis de se conceberem. O enriquecimento do real nasce da teoria com sentido que o enforma, desde que sujeita ao desafio da verificação e a novas propostas.

Neste contexto, levanta-se, a uma luz mais cautelosa, o papel exemplar da observação médica, a expressão máxima, como diz Gusdorf<sup>(9)</sup>, do poder de alcance da observação com sentido, em cada cultura, civilização, nas teorias que dentro delas se ordenam. Torna-se nela claro que a observação, arguta e privilegiada pela necessidade de acertar, precisa mesmo assim de ser tomada dentro dos seus limites inevitáveis e de se sujeitar à dominante morfologia do real.

Ora, é deste ponto que a cultura portuguesa, nem sempre interessada nas especulações do conhecimento, com facilidade se tem esquecido, muito mais habituada, afinal, à confirmação das teorias que recebe mas em cuja criação não interveio. Tem-se ficado, quase sempre, pela observação confirmativa. Fora, portanto, do debate científico ou, quando muito, a meio caminho dele, incapaz de novas observações que a sua recusa radical obrigaria, pela insuficiência revelada pelos «factos» antecedentes. Atitude crítica que só pode existir quando se tem em conta, no seu devido peso (de necessário, constante, acautelamento) os fundamentos epistemológicos que qualquer observação implica. Se esta exigência for bem entendida, a observação deixará de se «limitar» tão só, à confirmação do que se aprendeu o antes à escolha do que se pretende integrar num dado sistema do real. A manter-se nesse modo, só leva a que se formulem alternativas de escassa divergência que vão ao encontro da teoria que lhe serviu de base e em cujos fundamentos se confirma. O debate científico passa a residir exclusivamente numa área acautelada (sem se dar por isso) e dele nunca poderão resultar novos critérios tanto de realidade como de coerência e consequência. Isto é, a observação nunca se renovará. E aqui, de novo, se manifesta o ponto fundamental. Foi lembrado, há pouco, o célebre Pedro Hispano, médico e sistematizador da observação, ligando-a a categorias lógicas pré-estabelecidas. «Arrumando-a» desse modo, organizava, porventura, possibilidades de alternativa, através do aparelho silogístico cuja premissa maior pode receber qualquer interpretação do real: importa arrumar, antes de prosseguir. Mas que estímulos novos havia para o fazer? Estava esgotada a observação no universo que se tinha por exclusivo, embora, epistemologicamente, nunca o tivesse sido. A realidade substantivada segundo a ordenação das percepções, ainda estava muito longe de dar tudo o que podia ser útil ao conhecimento. Os descobridores portugueses — que vieram depois do nominalismo — iriam levá-las, no campo prático, às últimas consequências.

3

Poderemos analisar agora este ponto, decisivo para a cultura portuguesa, relacionado com o conceito de observação considerada como exaustiva e definitiva, ultrapassando a mundividência em que se estabeleceu. Muitos de nós têm suposto que dela saiu um novo esquema científico, quando, na verdade, foi o esgotamento do

anterior à observação utilizada na época dos descobrimentos.

Todos temos ouvido dizer — e é, decerto, nesse sentido, exacto — que os descobrimentos suscitaram ou impuseram a observação de novas coisas e de novas gentes. Uma nova forma de ver. Formas de observar e de ver, necessárias e exigentes para o que era preciso fazer, tal como as que se exigem para observar o doente e determinar a causa do seu sofrimento. Estamos, até, neste caso, perante uma observação ainda mais presente; com efeito, em face da novidade das novas paisagens, meios ou situações, os homens têm um grau de sanidade e uma consciência que os levam a ver «claramente nisto» esse novo mundo em que se joga a vida. Se falham na observação e na acção necessária para lhe responderem ou se adaptarem, não tem «salvação». Na maior parte dos casos, quem não observa bem, perde. Isto é exacto, tanto para os encontros pacíficos entre os homens como para os confrontos bélicos; tanto para o conhecimento das irregularidades da costa, como das condições das marés, correntes e ventos; para a construção naval, ajustada ao mar a que se destina ou para confirmar novas formas de orientação; ou ainda para garantir a disciplina a bordo, o racionamento alimentar e os inúmeros incidentes que o incerto natural levanta perante o homem duvidoso do que pode surgir no mar, ou em terra, tendo de observar tudo e de procurar os sintomas «úteis». Portanto, a sua única saída, frente ao real pouco conhecido, não pode ser outra senão observá-lo bem, para encontrar a possibilidade de chegar aos aspectos do real que, na dimensão teórica em que o concebe, melhor lhes «recebe» a solução. Esta observação cuidada e exigente arruma, antes de mais, esse real numa perspectiva de receptora da acção. Virá a dar, decerto, oportunidade a que os seus «pontos difíceis de entender» sejam pensados mas tal não pode fazer-se no momento em que a problemática imediata se apresenta em exigência de resposta. Nesse caso, a única necessidade que «vale» é a sobrevivência. Se formos ler o **Real Conselheiro** de D. Duarte ou o **Esmeraldo de si orbis**, de Duarte Pacheco Pereira, os roteiros, os guias de navegação, as instruções para determinar a altura do sol, os relatos sobre os voos das aves, a posição das estrelas ou, no mundo da convivência humana, as argúcias da corte, as formas de discriminação da «má-fé» ou de «bem querer», «justo pensamento» ou «bons princípios», em tudo vemos uma observação arguta quanto à eficácia prática<sup>(10)</sup>, uma preocupação de certeza, uma disciplina no observar, um enunciado das regras que ajudam a «ver» o dia a dia

seja a bordo, seja na corte ou na convivência com amigos, no encontro com inimigos. O que importa é isolar regras de conduta que sejam também guias de observação. Em todas as oportunidades se fazia um cuidadoso inventário dos «casos».

A casuística era uma forma de pensar. A isso se chamava de experiência, o mesmo Duarte Pacheco Pereira, parafraseando Aristóteles, dizia ser a **madre de toda las cousas e que por ela conhecemos radicalmente a verdade**. E era certo que por «ela» conhecemos radicalmente a verdade. Mas que verdade? A única que pode perceber: a eficaz, que ajuda a ancorar certo, que acerta no cálculo da profundidade das águas, na direcção dos ventos, que avisa quanto às conformidades da natureza, no aviso dos perigos even-



Garcia de Orta

tuais que ajuda a estabelecer medidas que é preciso tomar: experiência de vida, registo dos dados para agir certo. Mas — atenção! — só para isso. É a ajuda inestimável para as impressões imediatas, para prever modos, esse «saber só de experiências feito», de que fala Camões<sup>(11)</sup>. É o sentido encontrado, centenas de vezes, nos textos impressos e manuscritos portugueses do século XVI, como o demonstrou o malogrado investigador português Joaquim Barradas de Carvalho<sup>(12)</sup>. O que não tem muito sentido é julgar que ela está projectada em direcção a uma delimitação alternativa face ao real visto menos ainda para preparar uma interpretação diferente dessa mesma observação concreta, a que virá a ser delineada sem riscos e com apoio na Matemática, por exemplo. Uma coisa é este último processo de sistematização, com vista a interpretar o real pelo apelo a uma regularidade quantitativa das frequências complexas, outra é a observação ligada à experiência do dia-a-dia, com vista a extrair regras práticas que são afinal da mesma natureza da própria observação, para encontrar nela as formas hábeis de aproveitamento inteligente. Neste caso, tem peso decisivo o costume bem sucedido e as coincidências ocasionais, não raro, chegando a incluir superstições das mais elementares, meras coincidências de

confirmação, ou a aceitar a experiência ocasional do navegador, ávido de informações da sua própria verificação. E nem uma nem outra — a sistemática e a ocasional bem sucedida — se podem confundir com a experimentação científica moderna que tomou densidade de método no séc. XVII<sup>(13)</sup> e trouxe exigências diferentes quanto a método, à própria observação e a propostas de teorização que o excesso de certezas concretas — as certezas da sobrevivência! — não podia sequer facilitar que se formulassem. Com a observação dos descobrimentos, há, contudo, uma mudança importante: a realidade, face à diversidade das «verificações» necessárias, perde ou vê atenuado o seu carácter de inalterável.

O observador português os novos mundos, mares, céus e ventos, correntes marítimas e das diferentes aparências da natureza, estava carregado das exigências de quem precisa de indicações eficazes, cautelosas, garantidas. Quer certezas, linhas seguras. Entre o certo sensível o incerto hipotético, por muito estimulante que este último fosse, optava, decididamente, pelo primeiro e não sabe sair dele. Nem está garantido que a suposesse com alternativas. Que «teoria de conhecimento» tem? Qual a interpretação racional que propunha? Não se lhe peça o que não tem, nem quereria ter, nem, repito, está sequer provado que a tivesse pensado em termos de possível. Os «monstros» que imagina não passam de uma arrumação diferente dos dados concretos conhecidos. Perante o real que perante ele se apresenta ou se lhe prefigura, nas suas hipóteses, só aspira à segurança quanto ao indício, à exactidão do relato como identificador. As previsões do futuro, por várias vezes enunciadas por Camões ou o mundo invisível que ele refere nada tem de diferente, em si mesmo, do real visto, sendo, quando muito, mais decantado na pureza das essências em que se escora e quanto ao mundo moral em que se encontra e o universo religioso em que se compreende.

O real único e válido é aquele de que o médico Garcia da Orta<sup>(14)</sup> nos dá nos diálogos onde nos descreve o mundo botânico com mais observação do que outros o fizeram e que ele corrige porque o viu. Deduz-se, imediatamente que, quem lá for, também o verá. E para isso escreveu o livro.

Foi esse peso da observação confirmada pelo «visto» mais atento que surgiu numa Europa pré-científica, continuando a procurar a generalidade nas essências substantivas conhecidas. Foi ela que marcou o tipo da nossa presença no século XVI, ao exigir rigor e um mínimo de enganos, nessa observação que a melhorava na qualidade, mas não fazia mudar de natureza na sua conclusão. Presença significativa.

Mas científica? Precisava de o ser. Não exageremos.

Não quer isto dizer — como já foi dito — que tal observação cuidadosa e atenta, levava a efeito pelos portugueses cultos, tenha sido inútil. Nem tem sentido dizê-lo. Primeiro que tudo, foi essa observação cuidadosa promovida pelos portugueses, esse minucioso e diferenciado relato de povos e terras que foi difundido pela Europa, em livros, escritos por pilotos e navegadores, roteiristas e relatores de ocasião, disciplinados para se defenderem, pelo hábito da selecção do que viam e experimentavam. Circulou pela Europa em traduções latinas, espanholas, inglesas, alemãs e italianas, etc. São relatos que impressionam vivamente os leitores — quantos? — que nunca podiam imaginar um alargamento tão extraordinário do mundo visível. Foram os portugueses, que prepararam a gente comum dos leitores ou de quem os ouvia, no sentido de saber que o mundo era muito mais diversificado do que os orgulhosos humanistas, seguidores fiéis dos textos gregos e romanos, tinham feito supor. Foram essas observações e relatos que deram uma imagem mais rica e variada do que aquela que esses mesmos ágeis humanistas forneciam nos textos, a esse respeito, recebidos dos clássicos. O universo renascentista passou a ter uma nova imagem do mundo. Decerto, portanto que os portugueses tiveram um papel decisivo nessa desconfiança pelos relatos clássicos sobre geografia e povos distantes, assim como na certeza de que, do mundo, como um todo, os clássicos e os medievais pouco sabiam<sup>(15)</sup>. Deve dizer-se que o choque, face a essa desconfiança, se revelou até mais forte na Europa além Pirineus. Nesses domínios concretos do saber do que propriamente no mundo português, habituado como estava, desde o séc. XV, à observação directa, à convivência com novos mundos, procurando alargar os seus meios para uma informação, para uma necessária antropologia de observação directa que ninguém mais podia ter. E nem sempre os portugueses foram sensíveis às novidades desses mesmos mundos novos!<sup>(16)</sup> Quando o eram, deles nos transmitiram imagens vivas e extraordinárias. Veja-se, a esse respeito, o exemplo nunca assás citado da carta de Pero Vaz de Caminha sobre o «achamento» do Brasil, logo que aí se desembarcou<sup>(17)</sup>. Além de um grande à vontade no enunciado dos possíveis sentimentos íntimos dos «selvagens», revela, sobretudo, uma exemplar fidelidade ao mundo exterior que, pela primeira vez, tinha perante si.

Não pode haver dúvida de que os resultados conhecidos dos descobrimentos se inseriram na crítica ao con-

hecimento clássico do mundo e foram um elemento decisivo para a consequente desmontagem do valor das informações até aí disponíveis e pela sua substituição pelas que assim passaram a ser fornecidas aos europeus do séc. XVI. Contudo, em nada afectaram os elementos fundamentais do mundo clássico e medieval, no que se refere à teoria do conhecimento, às formas da razão, aos valores estéticos. Apresentavam dados melhorados para organizar substantivos mais adequados que integrassem o novo que tinha passado a conhecer-se. Mas o raciocínio substantivo mantinha-se, na plenitude da sua força. É o que, convictamente, usa Duarte Pacheco Pereira, João de Barros, Pedro Nunes, D. João de Castro, Garcia da Orta. Os Lusíadas, na finura da sua sensibilidade ao diverso, assenta na certeza de que esse ??? «novo» é perfeitamente capaz de se integrar naquelas mesmas categorias. E na medida em que envolviam uma mundividência coerente, tinha razão: é a ela que temos de recorrer para o entendermos e entendendo-a de a transferir para o nosso — diferente — mundo.

Foi nesse universo mental, eficaz mas pré-científico que se fizeram os descobrimentos, acto muito mais profundo e significativo do que se tivessem sido científicos. Não confirmavam quaisquer hipóteses. Descobriram. E o mais importante foi ter vencido o medo<sup>(18)</sup>, o temor que «mais atormenta», na expressão de João de Barros.

4

Para encontrarmos, na atitude portuguesa dos séculos XV e XVI, valor estimulante e crítico, é preciso não pretendermos outros pergaminhos científicos, além destes. A geografia não era ainda uma ciência, a medicina estava carregada de superstições e das tais ilusões concomitantes que, nessa altura, a minavam, antes e depois de Vesálio e Paré. Só entusiasmava a tradução mais exacta de Hipócrates e Galeno<sup>(19)</sup>. A arte continuava a ser a grande expressão do talento humano, o debate teológico, o ponto decisivo. A nossa principal virtude científica e humana — tantas vezes lamentavelmente subalternizada — é que, apesar dessa incerteza, desse pavor do desconhecido, o da incerteza dos textos contemporâneos, e do que, por experiência, se «sabia», audazmente se descobriu o mundo e se conseguiu a proeza espantosa de constituir um estado europeu, a Oriente, depois de fazer o contorno da África, mau grado não só as dificuldades do vento, das correntes e formas de orientação, como do modo de ser das sociedades

ali encontradas e das suas condições de resposta.

As novidades, como que científicas, da Europa não se dirigiam noutra sentido. Os debates, numa Europa fechada e pouco algébrica, encaminhavam-se para hipóteses completamente inúteis, para a navegação prática<sup>(20)</sup>. Citamos, como exemplo mais



Egas Moniz

saliente, a hipótese de Copérnico, apresentado sem necessidade de qualquer cálculo matemático e que afinal ia até contra essa mesma capacidade de observação e de experiência que com toda a razão, os portugueses tanto elogiavam. Só que a «observação» de Copérnico não era a mesma! E não eram os argumentos da sua «pouca utilidade» que se apresentavam contra Pedro Nunes?<sup>(21)</sup> Ainda quase meio século depois, Camões nem sequer conhecia Copérnico! No seu poema, cantou o modesto Ptolomeu!

E no entanto, houve modificações nas formas de pensar. Não foram porém essas que se dirigiram à matematização do real e fizeram o orgulho da ciência quantitativista. Em primeiro lugar, «esperavam» um modo de «ver». Por outro lado, aproveitando as constantes novidades, quanto a homens e sociedades novas e orientando-se no sentido de pensar ideias e situações, desprovidas dos acessórios conhecidos, toma corpo a conceptualização utópica que está na base do raciocínio por modelos e que tanto peso tem hoje no trabalho científico. Deve lembrar-se que o seu início foi literário e teórico, ao propor que se ultrapassasse a própria realidade, numa espécie de processo de radicalização que aplica ao humano o princípio da consequência. Provocando a hipertrofia dos elementos tidos como essenciais, facilitava o seu exame ampliado pela imaginação. Formulava então as «construções globais» que vão buscar a sua razão de ser a uma verosimilhança que serve de aviso ou de modelo. Essa forma nova de pensamento usou a observação portuguesa, mas não o fez para a levar até às ciências exactas e quantitativas, antes para tirar consequências que vão além do real «visto». Só que não foram os por-

tugueses quem a teorizou ou praticou como modelo acabado. Quem o fez foi o inglês São Tomás Morus, na sua **Utopia** que, muito naturalmente, foi buscar um português para relatar a sociedade e a cultura «sem lugar». Deverá acrescentar-se que esta forma utópica de perspectivar num modelo significativo, a realidade humana em desenvolvimento, não suscitou qualquer interesse imediato. E o imperialismo matemático subsequente não lhe ligou qualquer importância.

Os descobrimentos não se dirigiram às ciências exactas. Foram geográficas, humanos, políticos e mentais. Alargaram, verdadeiramente, o mundo visível e criaram uma nova dimensão do possível, estimularam desse modo o gosto pelo verosímil. Mas nada disso teve então qualquer nexos com a quantificação do real. Ao procurarem conseguir os seus objectivos, encontraram mais realidade do que aquela que os rodeava. Levantaram navios que podiam viajar por diferentes mares e levaram às últimas consequências as «possibilidades» da construção naval em madeira e criaram outros sistemas de referência astral para navegar. Partindo dos conhecimentos contemporâneos, aproveitaram-nos ao máximo para as suas finalidades práticas. E assim encontraram outras versões do seu real concreto que tão bem observaram, embora não tivessem alterado a forma tradicional da sua interpretação. Os debates que suscitaram na Europa e na Cristandade não foram os científicos. Foram revisões acerca do humano e do tecnológico. Perguntava-se se os negros hotentotes ou os índios brasileiros eram homens como aqueles que já conheciam ou se não mereciam esse nome. Perguntava-se, para o seu próprio meio, como se podia ter a certeza que os reis seriam justos e obedecidos à distância. Afirmaram os portugueses, a esse respeito, peremptoriamente, que os novos seres que falavam e viviam em comunidades eram homens e que o rei, como a Idade Média o dizia, tinha de ser cristão para ser justo. E começou a debater-se a razão do estado para ultrapassar as evidências da injustiça consentida, contra as exigências do Cristianismo. Deste modo, a Europa iniciou a sua presença face às novas sociedades, a partir da noção difícil da universalidade do humano, num esforço de argumentação semelhante ao que São Paulo tinha feito no início da evangelização sem, obviamente, sair das palavras de Cristo. E desde logo, para além do seu teor de «primitivos», se tomaram como homens, esses negros que, nas costas de África, se negociavam para serem vendidos em Valência e noutros pontos do Mediterrâneo ocidental e serem reexportados para Alexandria e o Levante, onde também

chegava o açúcar da Madeira. A escravatura foi tomada como uma circunstância, nunca uma radicalidade biológica.

Quanto ao debate sobre os reis tiranos e ao problema político dos grandes espaços e do poder a distância, voltava a pôr-se o mesmo problema que a lei tinha resolvido no Império Romano. Só que ele já não bastava: o homem, sob o impulso do exame exigente da sua intimidade, tinha ultrapassado em muito, as peias da lei escrita, ao mesmo tempo que o regionalismo tinha dado a medida da sua insuficiência face à compressiva generalidade jurídica. Começavam os primórdios da ciência política. É muito? É pouco? Mas ainda é isso, que hoje debatemos! E ainda hoje não temos as certezas necessárias para enfrentar as tiranias e as desobediências da ambição!

É preciso dizer-se ainda que, se estamos a pensar na génese crítica do pensamento científico, essa qualidade da boa observação cuidadosa, geográfica, botânica, zoológica, social, astronómica, quando colocada no processo complexo de trabalho científico pode até limitar-lhe as possibilidades, se a fixação do real for levada aos seus extremos, tal como ele é percebido. Pode acarretar o medo de o interpretar em objecção, digamos assim. Para o português do século XVI, o real não se discute, existe e observa-se. Basta? Bastará? Alguma vez terá bastado? É o real um dado puramente objectivo?

Eis-nos, pois, chegados de novo ao ponto de partida e ao momento adequado para uma meditação sobre os limites que essa exigência peremptória da observação (que inteiramente cumprimos) representou para nós. E a lição que dela devemos ou podemos tirar, hoje, tem de ser bem pensada, pois a atitude permanece. E o que se pergunta é se essa lição da mentalidade dos descobrimentos, no que se refere à absoluta dependência da observação, antes de chegar ao que podemos chamar a decisão científica da teoria deve ser um exemplo para a nossa investigação contemporânea. Se não teremos de tirar muito mais, a lição que a nossa experiência cultural nos ensina de que o só observar, mesmo correctamente, não basta.

Acumular dados não conduz inevitavelmente a uma posição científica válida nem sobretudo, independente. Não é, decerto, esse o momento em que a pesquisa vai parar. O que temos de perceber é que o excesso de observação e de acumulação de dados deixa o pensamento menos livre para os interpretar. E que as exigências da eficácia prática dificultam ou limitam a audácia ou a impunidade para as verificações, sem as quais não há desen-

volvimento científico. Vejamos alguns exemplos significativos.

5

Essa extraordinária verificação da realidade que, na área da observação, se acumularam nos mais diversos livros ligados ao descobrimento português do mundo teve a sua máxima expressão no **Colóquios dos simples e drogas da Índia** do médico Garcia da Orta<sup>(22)</sup>, editado em 1563.

Natural de Castelo de Vide, frequentou as universidades de Salamanca e Alcalá de Henares. Por algum tempo, professor da Universidade em Lisboa, partiu para a Índia onde permaneceu durante cerca de 30 anos. Aí exerceu Medicina, tendo, não poucas vezes, tomado parte activa noutros campos da actividade (armador, mercador, etc.), observando essas paragens, onde se exprimia outra cultura, com outras formas de interpretação do real que suscitaram a sua viva curiosidade de observador nato. O Conde de Ficalho que o estudou dizia que «falando do que vê é sempre exacto»<sup>(23)</sup>. Nada dessa realidade lhe era estranho, tendo, sobretudo, recolhido preciosas informações sobre a farmacologia e a cultura médica local. Morreu em Goa, no ano de 1568.

Temos pois todas as razões para considerarmos Garcia da Orta uma figura proeminente nos círculos culturais da Índia portuguesa<sup>(24)</sup>, era convivente com os quadros dirigentes do estado, desde Martim Afonso de Sousa, o governador da Índia (aluno e comentador de Pedro Nunes), em cuja frota tinha partido para Goa e «a quem serviu»<sup>(25)</sup>, como o escol intelectual tanto português como local que aí se ia formando. Lembremos também o mundo eclesiástico. Podemos salientar as provas da sua correspondência com o célebre Amato Lusitano, a sua relação de amizade com Luís de Camões que, para ele, escreveu a única poesia não épica que, em sua vida, este último viu impressa e que figura na entrada dos «Colóquios». Não podia, igualmente, dada a sua fama como médico, deixado de tomar conhecimento com todas as mais importantes figuras<sup>(26)</sup> do «novo reino». Tinha, decerto, uma opinião própria sobre as condições e a problemática cultural do seu tempo não sendo de excluir que tenha vindo a Portugal no decurso da sua longa estadia na Índia<sup>(27)</sup>. Acrescentar-se-á o profundo conhecimento que revela quanto aos usos, costumes e processos de adaptação correntes na Índia<sup>(28)</sup>. De tudo isso é uma prova bem patente o livro que escreveu.

Formado no Ocidente, mergulhado na farmacologia oriental, amigo e confrade de médicos indianos, lido e

observador constante e sistemático dessa realidade biológica e forma de equilíbrio ecológico que os clássicos conheceram mal, Garcia da Orta comparou conhecimentos e atitudes. Levou a cabo, como que uma pesquisa quase toda botânica, fez verificações minuciosamente descritivas, ainda hoje de utilidade. Nelas se exprime a prática do método em que, depois da observação, os portugueses mais se esmeraram e verdadeiramente os caracterizou: a comparação. Como forma de pensamento e conclusão está, perfeitamente ao alcance da mentalidade que partia da certeza (que era a sua) de que o real é «indiscutível» e que a observação basta para o detectar. Pressupondo o raciocínio lógico substantivo, é afinal a novidade interessante do pensamento renascentista português, na sua forma de «arrumar» o que se vê e sabe. Encontramo-lo praticado e desenvolvido, em encadeamento, prova e conclusão, em João de Barros, Damião de Goes, Luís de Camões, Diogo de Teive, D. João de Castro, António de Castro, Fernão Mendes Pinto, Pedro Nunes, entre tantos outros. Está sempre presente nos relatos etnográficos, quer nos seus enunciados testemunhos, quer nas suas intenções, por vezes, críticas que davam a entender ou explicitamente enunciavam. Importa referi-lo por que é a única forma de raciocínio, para onde, no século XVI, os portugueses encaminham o imenso potencial de observação que lograram acumular com preocupação de rigor e de aplicação idónea. Tudo o mais está fora dos seus objectivos, preocupações e do seu tempo.

O livro de Garcia da Orta apresenta-se como partindo do pedido de um médico, Ruano, seu colega de universidade que o visita em Goa, no sentido de que lhe desse conhecimento do saber médico e da farmacologia orientais. Orta considera que, na verdade e afinal, deve ser esse o verdadeiro objectivo do seu saber: informar. No decurso do texto, afirma que ele é escrito para satisfazer os legítimos e naturais pedidos de Ruano.

O livro é constituído por diálogos sobre produtos orientais dispostos por ordem alfabética. Ordenação que não pode deixar de se referir, uma vez que explica o verdadeiro motivo da sua publicação que nada tem de ideológico, como, por vezes, se tem pensado. Pretende, afinal, ser como que uma enciclopédia da farmacologia oriental corrigindo as informações canalizadas pelas vias tradicionais de informação — letradas ou de prática — mesmo se os informadores são abalisados e competentes<sup>(29)</sup>. Corrige-as pelo que ele próprio verificou «no terreno» (como hoje se diria); enuncia os efeitos que verificou e de que teve conhecimento.

No diálogo, não se vislumbra mitos, qualquer intenção doutrinária, para além de uma exigência de verificação, comum aos dois principais interlocutores. Assim se faz o enunciado comparativo dos conhecimentos disponíveis, acrescentados daqueles que a permanência na Índia permitiu adquirir: Orta aparece como quem acrescenta o conhecimento oriental ao que se sabe, Ruano como quem confirma, com segurança, isso mesmo que se sabe e verifica o que se lhe diz. É, sob este aspecto de um livro de ciência universal, atacando, por diversas vezes, a farmacologia regional. Um e outro estão abertos à «verdade».

A conversa (ou diálogo) estabelecida nada tem da maiêntica socrática ou do debate entre duas atitudes. Os dois médicos são da mesma escola, conhecem-se de há muito, falam como «colegas». Ruano, o viajante, está, como disse, na Índia, «de passagem»; quer saber com que se pode contar quanto à farmacologia indiana. Não quer polémica, quer «saber». Não estamos, pois, perante duas mentalidades mas sobretudo, em face de duas «informações». Orta, como o próprio nome indica é, pois e expressamente o autor que conhece a farmacologia indiana. Ruano, como o nome parece referir, representa o saber médico ocidental, alcançado pela experiência de outro lugar e de outra farmacologia e que Orta também pratica, conhece e respeita. Ruano está deseioso de saber as novidades que Orta lhe faculta e recebe-as com o «seu» espírito crítico, invocando a sua experiência, vigiando as informações de Orta e recusa-as quando lhe parecem «locais». Este, em verdade, também procede do mesmo modo para com Ruano que nunca lhe deixa de lhe pedir: «dizei a verdade de tudo e deixai-vos de falar dessas certezas»<sup>(30)</sup>. Juntamente com Orta enunciavam ambos — e não só este último — o que julgam ser uma teoria da observação. Cabe a ambos fazê-lo e ambos estão de acordo quanto à necessidade da verificação. Orta é o protagonista da importância do «ver»<sup>(31)</sup>, enquanto Ruano salienta a secundaridade do testemunho único, argumentação que traz assim para o debate, a experiência de médicos indianos bem conhecidos e da melhor qualidade.

Indução, comparação, verificação, experiência observada, recolha de dados, corte entre a observação e a demonstração, tudo isto se distribui ao longo do livro de Garcia da Orta, enciclopédia da farmacologia indiana. Nela se assiste a uma espécie de início da consciência da insuficiência dos dados da observação para chegarem a poder dar uma versão completa da realidade, sobressaindo a necessidade de reunir elementos de diferentes prove-

niências para chegar a uma segurança medicinal mais completa. A filosofia que dela decorre, pode tirar-se na expressão de Ruano de que «quem não sabe, não duvida»<sup>(32)</sup>. Decerto que ainda estamos longe das cautelas que daqui acabarão por derivar e a que Bacon procurou dar uma expressão ordenada. Estava tão só, aberto o caminho para lá chegar. E no entanto, o livro de Garcia da Orta é o ponto mais alto da observação que caracteriza a atmosfera dos Descobrimentos, quando crítica. Por isso mesmo, tem nele a expressão dos seus limites radicais.

A importância das observações correctoras de Orta foi percebida no seu tempo, mas não pela cultura portuguesa metropolitana. Outro médico português trabalhando em Espanha, aí transcreveu para um livro que assinou como seu, muitas das considerações de Garcia da Orta. O mesmo faz, para a Europa, Charles de l'Escluze<sup>(33)</sup> — Clusius, em latim — que, entre 1564 e 1565, esteve em Portugal, com vista a estudar a flora lusitana. Foi ele que resumiu em latim o livro dos **Colóquios** e o divulgou pela Europa<sup>(34)</sup>. Integrava-a deste modo, na medida em que esta tangia com os aspectos farmacológicos, na renovação da medicina já em curso com as obras de Vesálio e Ambroise Paré.

E aqui, anunciado já o primeiro pecado mortal da investigação científica portuguesa, que é o meio da teorização, surge-nos o seu segundo pecado mortal e decerto, não menos grave: o descuido pela divulgação dos resultados. Quem tornou conhecido Garcia da Orta na Europa culta, não foi Garcia da Orta ou os esquemas portugueses de contacto científico com o mundo da cultura europeia. Foram Cristóvão da Costa e Charles de l'Écluse. Os trinta anos de observação cuidadosa e atenta, comparada e verificada, a observação honesta, cautelosa, comparada e lúcida, mas solitária teria ficado quase inútil, integrada num livro compacto e distante, se não fosse o auxílio que, para esse efeito, lhe trouxe uma tradução para latim, de que ele nem sequer teve conhecimento. Ele próprio tinha claramente afirmado a sua disponibilidade: «Nenhuma coisa sei que logo o não diga aos boticários e físicos e a todos; e isto bem sei que não é bom para mim, porque dizem depois que eles acharam estas cousas, e levam a glória dos meus trabalhos, e eu não digo senão por aproveitar a todos»<sup>(35)</sup>. E pergunto: quantas observações portuguesas tem tido este último destino? É esta situação compatível com a concorrência científica internacional que já existe? Sem retirar as responsabilidades aos cientistas portugueses, estamos perante problemas institucionais que é indispensá-

vel resolver, sob pena de nunca passarmos de honestos e prestáveis «observadores».

Consideremos todos estes pontos de rigorosa observação no mundo físico e social que caracteriza o universo cultural com que os portugueses enfrentaram o conhecimento dos novos mundos, assim como o uso que dele fizeram. Analisemos outros casos. Vejamos, por exemplo, os estudos feitos por D. João de Castro sobre o magnetismo e de Pedro Nunes sobre geometria e a sua aproximação da curva loxodrómica que podia ter alterado, por completo, a elaboração dos mapas, em cujo traçado, os portugueses eram inexecutáveis mestres. Pararam no momento fundamental da sua passagem a uma prática, se partissem de uma nova posição teórica que, em verdade, podiam ter tido. Acrescentemos o cálculo rigoroso da latitude, cuja diferença em favor dos portugueses e em comparação com outras medidas contemporâneas, se diz não excederem os 10' do grau. Mas não passam de meros «aperfeiçoamentos».

Não pode, na verdade, haver dúvidas sobre a qualidade de D. João de Castro, como observador. Os grandes investigadores do nosso tempo — portugueses e estrangeiros — não têm dúvida em afirmá-lo. Mas também não pode haver dúvida de que o rigor e a exactidão inteligentes, na descrição dos fenómenos observados se contra-põem à escassez das preocupações em os interpretar. A honestidade da observação, a coragem e a audácia, em procurar que seja correcta, voltam a apresentar-se acompanhadas pela modéstia em teorizar. Seria possível que, assim, não ocorresse? Teria a cultura portuguesa recursos para ultrapassar tal limitação? Não tem a prática, intrínseca a si mesma, como atitude mental, o medo do erro? Não é essa a essencial limitação do pensamento indutivo de que a prática não passa de um modo particular?

Assim como não pode haver quaisquer dúvidas sobre o valor do matemático Pedro Nunes, o maior matemático da Península Ibérica, na opinião dos seus contemporâneos. Os seus estudos deram lugar a debates do maior interesse para o diagnóstico da cultura científica da época, uma vez que, entre outros aspectos, nele se contesta, como atrás foi lembrado, que esse mesmo alegado rigor (no sentido da minúcia da observação e do registo) tenha qualquer interesse prático. E se os estudos de geometria de Pedro Nunes têm, na realidade, na opinião dos historiadores e dos contemporâneos, uma qualidade superior, não parece que tenham sido solicitados para realizações que pudessem ter preparado, como já aqui se lembrou, a

modificação radical na feitura dos mapas, por meio do uso da curva loxodrómica que descobriu<sup>(36)</sup>. Podemos perguntar porque tal não ocorreu, sendo certo que, na opinião dos historiadores da cartografia, teria tido todas as condições para o fazer, se tanto lhe fosse exigido. E porque o não foi? E teria sido necessário fazer tal exigência a quem estivesse «dominado» por uma espírito «novo»? De novo, temos de pensar que a escola portuguesa de cartografia estava de tal modo envolvida — como sucedia com toda a ciência portuguesa — nas suas regras tradicionais da organização prática dos mapas, como, desde havia muito, se faziam, que não dava apoio, não estava interessada em qualquer modificação de carácter matemático que as facilitasse. Medo de inovar, medo de avançar na área do pensamento? Peso da prática? Peso da observação, integrada em regras de que não podia libertar-se? Até onde é a observação criadora de hipóteses científicas novas? Qual o papel da teoria para dar sentido a novas e renovadas observações do real? Voltamos pois à questão sistematológica essencial!

6

Concluiremos dizendo que a posição científica portuguesa do séc. XVI, assente na observação, e esgotou na sua aplicação prática rigorosa. Conseguiu reunir dados que verificaram e corrigiram os conhecimentos tradicionais ou recebidos dos clássicos, ou dos anteriores, quaisquer que eles fossem, ou a que chegou sob a pressão das exigências inalteráveis da eficácia imediata. E essa tarefa foi obra de todos os grandes nomes da ciência portuguesa do século XVI. A divulgação dos novos conhecimentos, levada a efeito, directa ou indirectamente, por toda a Europa, criou, ou contribuiu para criar, uma certeza na insuficiência tanto dos conhecimentos antes difundidos, como da necessidade de continuar a corrigi-los. Contudo, não podia, nesse domínio, ir-se mais longe, se não surgissem novas propostas de análise. Mas já, a esse respeito, foi bem mais limitada a colaboração portuguesa, no sentido da criação dos novos instrumentos conceptuais, instrumentos de relação que tornaram exequível a apresentação de uma nova perspectiva do real, orientadora de novas formas de observação e de experimentação.

A cultura científica portuguesa praticava um grande rigor do registo, num campo pobre em hipóteses de interpretação. Pagou esse rigor com uma grande timidez teórica, mesmo a possível. Outros as apresentaram, muitas

vezes sobre os dados portugueses, outras vezes, muito mais frequentes, com novas formas de observação.

Os portugueses, na sua convicção de que só a matéria observada era susceptível de correcção, uma vez que os critérios de observação lhes pareciam seguros (sem que o fossem) e definitivos, sem necessidade de variar, como o real o não era, ficaram muito aquém do possível.

A audácia de pensar para além da realidade vista, em termos de espaço, fez os descobrimentos. Mas não foi acompanhada, temos de dizê-lo, pela audácia de pensar o observado, no sentido de «passar o visto», com os olhos da racionalidade no sentido de outra face e de outra «possibilidade» disso que se vê como real.

E aqui, importa referir o terceiro pecado mortal do pensamento científico português. Há todos os motivos para considerarmos extraordinário o que os portugueses fizeram ao vencer o mais difícil que foi rasgar o medo que está por detrás do visível. E assim o fizemos. Tentámos teorizar a qualidade universal do homem, na arriscada consequência das nossas próprias concepções e apresentámo-lo à Europa. E para além de quaisquer equiparações (que ninguém tinha), a universalidade do humano que, por intermédio do mundo ocidental é hoje património da Humanidade, confirmou-se nos Descobrimentos de um modo imediato, quase indiscutível.

Contudo, a nossa contribuição para a revolução científica do século XVII que envolve Viète ou Cardano, Tartaglia, Galileu, Torriceli, Huyghens, Kepler ou Newton e tantos e tantos mais, não teve a nossa participação. Temos, sem dúvida, uma posição no mundo da cultura universal mas não é essa. Contudo, ao insistirmos em que não é assim, ao querermos assegurar que participámos com força proporcional à que tivemos na fase pré-científica, em tão importante movimento e que se verificou, praticamos esse nosso terceiro pecado que é o de nos querermos enfeitar com penas de pavão, desprezando o que realmente fizemos e cuja imensa importância cultural deixamos de salientar e defender na sua dimensão própria, para insistirmos na sua nossa presença num movimento que não nos pertenceu. Com isso — o que é bem pior — descuramos as grandes qualidades da nossa gente que é o gosto pela observação cuidada e damos uma impressão de jactância que só domina alguns de nós e não decerto os mais representativos. Perdemos a possibilidade de aprendermos com os nossos equívocos e as nossas verdadeiras realizações.

Voltando ao actual, o pensamento português tem-se revelado perfeita-

mente apto a ultrapassar estas limitações que a história do nosso pensamento científico iniludivelmente nos aponta. Nós próprios ultrapassámos — apesar de um absurdo bloqueio ideológico — o frenesi realista da arte e da literatura do século XIX e XX. A investigação médica, tal como a investigação das ciências humanas, das ciências aplicadas, da física, da matemática, do nosso tempo são exemplo de que, sendo vigilantes quanto às nossas próprias limitações, podemos ultrapassar essas insuficiências se, para tanto, tivermos humildade e lucidez na sua interpretação, visto termos sido capazes de enfrentar o grande desafio contemporâneo. Poderemos continuar a sê-lo?

Estamos em excelentes condições espirituais para o conseguir, pois uma das condições mais difíceis para tanto, faz parte intrínseca do nosso património científico — a interdisciplinaridade — elemento característico da nossa tradição cultural. Interdisciplinaridade que — e foi daí que partimos nesta meditação em voz alta — tem a sua expressão lídima e constante, no espírito médico português. Possa o seu exemplo permanecer e influenciar toda a metodologia da nossa investigação científica, tão potencialmente prometedora.

(1) — O seu valor está hoje plenamente reconhecido. Cf. Maria Helena da Rocha Pereira, **Obras médicas de Pedro Hispano**, por ordem da Universidade, Lisboa, 1973. Idem, «A obra médica de Pedro Hispano», in **Memórias da Academia das Ciências de Lisboa**. Classe de Letras, tomo XVIII, págs. 193-208, Lisboa, 1977.

(2) — Cf. Auguste Cabanès, **L'histoire éclairée par la clinique**, Paris, 1921.

(3) — Júlio Dantas, **Outros tempos**, Lisboa, 1909.

(4) — Cf. Claudine Herzlich — **Santé et Maladie — Analyse d'une représentation sociale** — École pratique des hautes études, Paris, 1969 e Michel Foucault, **Naissance de la clinique**, Paris, 1965.

(5) — A obra de Gilberto Freire, a tantos títulos precursora, antecedeu, de algumas dezenas de anos, o aproveitamento dos dados da medicina individual e colectiva, para a análise complexa de dados da história social, numa perspectiva global

e dinâmica. Cf. por exemplo, os seus livros fundamentais, **Casa Grande e Senzala**, **Sobrados e Mocambos** e **Ordem e Progresso**. Infelizmente, bloqueios ideológicos evidentes têm dificultado a sua influência na pesquisa antropológica em Portugal. Precursora, entre nós é também a obra de Ricardo Jorge, médico, em especial a **Origem e desenvolvimento da população do Porto** (1887) e **Rongeurs et puces** (Paris, 1920) que representam exemplos notáveis de história médico-social. Cf. Eduardo Coelho, **O Professor Ricardo Jorge**, Lisboa, 1929.

(6) — Cf. os estudos de M. D. Grmek, J. P. Petter, P. Huard, A. Colmat, A. Hirsch, F. Henschler, fundamentais, entre outros, para a definição de toda esta problemática.

(7) — Cf. Michel Foucault, **La folie à l'âge classique**, Paris, 1972.

(8) — Karl R. Popper, **Objective Knowledge**, An evolutionary approach, Oxford, 1972.

(9) — Georges Gusdorf, **Introduction aux sciences humaines**, Strasbourg, 1961.

(10) — «Entre le savoir livresque et le savoir pratique, peu, ou presque pas, de contacts». L'exemple de la cartographie...? Cependant, rien. Ou à peu près rien, etc. Lucien Fèbvre, **Le problème de l'incroyance au XVI<sup>ème</sup> siècle** — La religion de Rabelais. Edition revue, Paris, 1947, págs. 414-415. Cf. Guy Beaujouau, **Science livresque et Art nautique au XV<sup>ème</sup> siècle**, in **Les aspects internationaux de la Découverte Océanique au XV<sup>ème</sup> et XVI<sup>ème</sup> siècles**, Paris, 1966.

(11) — **Os Lusíadas**, IV, 94. Mereceria um momento de reflexão esta locução adverbial — a sê-lo — aqui introduzida: uma crítica camoneana à insuficiência desse «modo de conhecimento», como dado definitivo de conhecimento? Bem o parece.

(12) — Joaquim Barradas de Carvalho, **A la recherche de la spécificité de la Renaissance portugaise** — Contribution à l'étude des origines de la pensée moderne, 2 vols., Paris, 1983.

(13) — Alexandre Koyré, **Du Monde Clos à l'Univers infini**, Paris, 1973.

(14) — Garcia da Orta, **Diálogo dos simples e Drogas da Índia**, edição publicada e anotada pelo Conde de Ficalho, 1.º vol., Lisboa, 1891, 2.º vol., Lisboa, 1895.

(15) — Cf. Luís Filipe Barreto, **Caminhos do Saber no Renascimento Português**, estudos de história e teoria da cultura, Lisboa, 1986.

(16) — São inúmeros os exemplos da indiferença dos portugueses in «novas paisagens», como de curiosidade por elas. Do primeiro ????, várias vezes se queixou Garcia da Orta: Cf. **Colóquios**, I, pág. 151.

(17) — Carta de Pero Vaz de Caminha, edição transcrita e comentada por Jaime Cortesão, Rio de Janeiro, 1940.

(18) — Lucien Fèbvre, **Le problème de l'incroyance au XVI<sup>ème</sup> siècle** — La religion de Rabelais. Edition revue, Paris, 1947, pág. 443.

(19) — Luís Filipe Barreto, **ob. cit.** pág. ???

(20) — Cf. Luis de Albuquerque, **As navegações e a sua projecção na ciência e na cultura**, Lisboa, 1987.

(21) — **Idem, ibidem**, pág. ???

(22) — Conde de Ficalho, **Garcia da Orta e o seu tempo**, Lisboa, 1986.

(23) — Garcia da Orta, **Colóquios dos simples e Drogas da Índia**, edição publicada por deliberação da Academia Real das Ciências de Lisboa, dirigida e anotada pelo Conde de Ficalho, Lisboa, 1891, pág. 57, nota 7. Cf. também Conde de Ficalho, **ob. cit.**

(24) — Sobre as obras conhecidas e consultadas por Garcia da Orta. Cf. Conde de Ficalho, **ob. cit.**, págs. 284-297.

(25) — Garcia da Orta, **idem**, I vol., pág. 32 e II vol., pág. 16.

(26) — A título de exemplo, dir-se-á que, sem qualquer jactância e «ao correr da pena», Orta informa, num dos seus diálogos que um vice-rei «se lhe finou em suas mãos» (**ob. cit.**, I, pág. 183). O Conde de Ficalho interpreta (e bem) que este vice-rei foi D. Pedro Mascarenhas que faleceu em Goa a 23 de Junho de 1555 (Garcia da Orta, **ob. cit.**, I vol., pág. 190, nota 3) e Conde de Ficalho, **Garcia da Orta e o seu tempo**, Lisboa, 1886, pág. 197). Acrescentar-se-á que também se deu com Coje-Sofar o estratega que, ao serviço dos turcos organizou o cerco de Diu e aí morreu (**Diálogos**, etc., I vol., pág. 280).

(27) — **Diálogos**, etc., pág. 180. Pelo teor da intervenção de Orta se vê que ele diz ter feito perguntas «em Portugal», só possíveis depois de ter conhecido, em devido tempo, as drogas da Índia, na minúcia atenta que o livro nos revela.

(28) — Refira-se, como essencial, no domínio da deontologia profissional, a sua absoluta recusa em experimentar «em humanos»; **Ruano**: Deste-lo já a algum vosso negro ou negra? **Orta**: Não, porque não me conformei com minha consciência fazê-lo» (**Colóquios**, I vol., pág. 296).

(29) — A natureza informativa, «enciclopédica» do texto é evidenciada, por diversas vezes, no decurso da obra: «Nenhuma cousa sei que logo o não diga aos boticários e físicos e a todos; e isto bem sei que não é bom para mim, porque dizem depois que eles acharam estas cousas e levam a glória dos meus trabalhos e eu não o digo, senão por aproveitar a todos» (**ob. cit.**, I vol., pág. 182).

(30) — Garcia da Orta, **Colóquios etc.**, pág. ???

(31) — Chega a dizer que «falar estórias de longe é bom para mentir», **Diálogos**, etc., I, pág. 304. M. Ferreira de Mira, **História da Medicina Portuguesa**, Lisboa, 1948, capítulos VII-X.

(32) — Garcia da Orta, **ob. cit.**, pág. 152.

(33) — Acrescente-se a tradução italiana de Brugganti e a francesa de Anatole Colin. Cf. Garcia da Orta, **ob. cit.**, I vol. Prefácio do Conde de Ficalho, pág. VI.

(34) — No mesmo sentido, Conde de Ficalho, **ob. cit.**, pág. 302.

(35) — Garcia da Orta, **ob. cit.**, I vol., pág. 182.

(36) — Armando Cortesão, **Cartografia e Cartógrafos portugueses dos séculos XV e XVI** (contribuição para o estudo completo). Lisboa, 1935, 1.º vol., pág.s. 96-97.



# JANTAR DE CONFRATERNIZAÇÃO



*Palavras do Prof. Machado Macedo durante o jantar de confraternização, que decorreu no Pavilhão de Agronomia*



*Aspecto geral da sala*



*O Dr. Ferraz de Abreu, vice-Presidente da Assembleia da República*



*O Bastoneiro, os Professores Esperança Pina, Meira Soares, Jorge Borges de Macedo e o Dr. Pedro Santana Lopes*



*Os Presidentes das Secções Regionais do Centro e Sul da Ordem dos Médicos, Dr. Santana Maia e Dr. Costa e Sousa, respectivamente*



*O Dr. Gentil Martins e o Prof. Machado Macedo*



*O Dr. Caldeira Fradique, Presidente do Sindicato Independente dos Médicos*



*Álvaro Leite, funcionário da S. R. Sul*



*A mesa do Dr. Gentil Martins*



*O Pavilhão de Agronomia encheu-se com médicos nos 50 anos da O.M.*



*Dr. Manuel António, dirigente da S. R. Centro*